

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 072

SÁBADO, 17 DE JUNHO DE 1978

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1978

Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguariúna (SP) a elevar em Cr\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jaguariúna (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado ao financiamento dos serviços de galerias pluviais, guias, sarjetas e pavimentação no "Conjunto Habitacional Vila 7 de Setembro" e construção de vias de acesso ao centro urbano daquela localidade, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de junho de 1978. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1978

Autoriza a Prefeitura Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 5.047.500,15 (cinco milhões, quarenta e sete mil, quinhentos cruzeiros e quinze centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 5.047.500,15 (cinco milhões, quarenta e sete mil, quinhentos cruzeiros e quinze centavos) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo, de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado ao financiamento de projetos e atividades nas áreas de infra-estrutura do Conjunto Habitacional "Jardim São Paulo", a ser implantado naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de junho de 1978. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 1978

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar duas operações de empréstimo externo, no valor de DM 16.000.000,00 (dezesseis milhões de marcos alemães) cada uma, destinadas ao fornecimento e instalação de equipamentos e materiais médico-hospitalares para Hospitais de Ensino em fase de construção pelas Autarquias estaduais.

Art. 1º É o Governo do Estado de São Paulo autorizado a realizar, através da Universidade Estadual de Campinas e do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, duas operações de financiamento externo, em moeda estrangeira, junto a Hospitalia Internacional GMBH-Alemanha, no valor de DM 16.000.000,00 (dezesseis milhões de marcos alemães) cada uma, sob orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, para fornecimento e instalação de equipamentos e materiais médico-hospitalares, destinados a Hospitais de Ensino em construção pelas citadas autarquias estaduais.

Art. 2º As operações realizar-se-ão com a garantia do Banco do Estado de São Paulo S.A., e nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, acréscimos, prazos e demais condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, para registro de empréstimos da espécie, oriundos do exterior, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, as disposições da Lei Estadual nº 1.476, de 29 de novembro de 1977, publicada no *Diário Oficial* do Estado de São Paulo, no dia 30 de novembro de 1977.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de junho de 1978. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1978

Autoriza a Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, a elevar em Cr\$ 133.614.000,00 (cento e trinta e três milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 133.614.000,00 (cento e trinta e três milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo, de igual valor, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado ao financiamento de projetos e atividades nas áreas de infra e superestrutura para implantação do Projeto Cura, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de junho de 1978. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 96ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO DE 1978

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado

— Nº 116/78 (nº 195/78, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 105/77 (nº 2.890-B/76, na Casa de

origem), que acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.535, de 15 de junho de 1978.

1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias.

— Projeto de Lei do Senado nº 98/76, que institui o adicional de periculosidade para os eletricitários, e Projeto de Lei

do Senado nº 233/76, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em atividades em contato permanente com energia elétrica, em condições de periculosidade.

— Projeto de Lei do Senado nº 238/76-Complementar, que inclui os contribuintes individuais da Previdência no Plano de Integração Social, e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 80/77, que acrescenta parágrafo ao artigo 774 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passando a ser 1º o parágrafo único.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Referente à visita ao Senado Federal do Príncipe Akihito do Japão.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 102/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Gualter Maria Menezes de Magalhães, alusiva ao Dia da Vitória. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 111/78, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 111/76, do Sr. Senador Leite Chaves e 256/77, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que alteram a redação do artigo 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 156/78, de autoria do Sr. Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1977, que regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 40/72, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 136/76, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 234/76, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 240/77, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, que altera dispositivos do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969) e do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 217/76, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a transferência do aeroviário, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 145/77, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que acrescenta parágrafo único ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o horário no período de aviso prévio, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 128/77, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera disposições legais relativas

à proteção do trabalho do menor. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 144/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 150/78, de adiamento de sua votação para a sessão do dia 28 de junho de 1978.

— Projeto de Lei do Senado nº 232/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 38/78-Complementar, do Sr. Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 147/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 29 de junho de 1978.

— Projeto de Lei do Senado nº 97/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 131/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 21 de junho de 1978.

— Projeto de Lei do Senado nº 115/77, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 132/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 21 de junho de 1978.

— Projeto de Lei do Senado nº 281/76, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que estabelece a obrigatoriedade de garantia, a ser dada pelo fabricante, para os pneus comercializados. **Discussão encerrada**, voltando à comissão competente em virtude de recebimento de emendas em plenário.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MAURO BENEVIDES — Necrológico do Sr. Francisco de Assis Machado.

SENADOR NELSON CARVEIRO — Defesa da valorização do funcionalismo municipal do País.

SENADOR FRANCO MONTORO — Dia mundial do meio-ambiente.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — EDITAL

— De convocação de servidor por ausência ao serviço.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 96ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO DE 1978

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRÉSIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Ruy Santos — Roberto Saturnino — Nelson Carneiro — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Osires Teixeira — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 116/78 (nº 195/78, na crígem), de 15 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1977 (nº 2.890-B/76, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.535, de 15 de junho de 1978.)

PARECERES

PARECER Nº 319, DE 1978

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 098, de 1976, que “institui o adicional de periculosidade para os eletricitários”, e Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1976, que “institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em atividades em contato permanente com energia elétrica, em condições de periculosidade”.

Relator: Senador Helvídio Nunes.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 98/76, ora sob nosso exame, foi anexado, por deliberação do Plenário, o Projeto de Lei do Senado nº 233/76, ambos de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro.

Ambos versam exatamente o mesmo assunto, qual seja o de pretenderem enquadrar, nas condições de periculosidade, as atividades exercidas no ramo da energia elétrica, tais como as de geração, transmissão, distribuição e reparos de redes, acrescentadas, no segundo Projeto, de outros detalhes operacionais vinculados à profissão de eletricitário.

As duas proposições, igualmente, desejam atribuir aos que exercem tais tarefas uma remuneração adicional correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o salário, acrescentando-se no segundo Projeto que “os trabalhadores beneficiados por esta lei poderão optar pela quota de insalubridade que, porventura, lhes seja devida”.

Justificando a providência assinala o autor que a periculosidade da profissão de eletricitário é inequivocamente reconhecida pelo Decreto nº 53.831/64, que a colocou entre aquelas que merecem aposentadoria de execução. Pretende, portanto, agasalhando sugestão do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica e da Produção do Gás do Rio de Janeiro, que tal obséquio seja igualmente atribuído à remuneração dos que operam no setor.

Não vejo de início como possa ser aplicado o favor da extensão da aposentadoria privilegiada ao benefício salarial objeto da proposição, visto tratar-se de institutos absolutamente distintos. Mas reconheço pacífico o aspecto constitucional da matéria.

Quanto à juridicidade, no entanto, cumpre observar que é espécie estranha ao art. 209 da Consolidação das Leis do Trabalho, que indica como pressuposto da periculosidade aquelas condições ou métodos laborativos, sob os quais são os empregados expostos a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos, capazes de “produzir doenças e constem dos quadros aprovados pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho”.

A adoção dos Projetos, portanto, esbarra na letra da Lei, que exige para a inclusão de qualquer atividade no elenco daquelas consideradas nocivas à segurança ou à higiene, possa a sua periculosidade ser apurada quanto à produção de doenças compreendidas no Quadro anexo à Portaria nº 491/65, do Ministério do Trabalho.

Ademais, pode a caracterização da periculosidade, além de determinada pela repartição competente, ser argüida em juízo, caso em que, na forma do Decreto-lei nº 389/68, “proceder-se-á à perícia técnica para os efeitos do art. 209 da Consolidação das Leis do Trabalho” (art. 1º), devendo tal perícia ser feita “por médico ou engenheiro devidamente habilitado em questões de higiene e segurança do trabalho e designado por autoridade judiciária” (art. 2º).

Diante disso, já entendeu esta Comissão, acolhendo Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 215/75, que não deve competir à lei, mas a órgão técnico competente, dizer se determinada atividade ou operação pode ser, ou não, considerada insalubre ou perigosa, porque a lei define e disciplina o fato, mas não o pode criar.

Dessa forma, a eventual pretensão dos empregados em determinada área de atividade de se verem beneficiados pela caracterização do tipo de trabalho que exerçam como periculosa, deve ser dirigida diretamente ao órgão especializado que, depois do estudo aprofundado da nocividade da tarefa, expedirá sua conclusão, da qual caberá recurso ao Ministério do Trabalho, e, ainda a adoção de medida judicial, caso a denegação contrarie a lei.

Em face do exposto, e embora reconhecendo a constitucionalidade dos Projetos, sou pela rejeição de ambos por encerrarem incontornável injuridicidade.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1978. — Daniel Krieger, Presidente — Helvídio Nunes, Relator — Lenoir Vargas — Wilson Gonçalves — Nelson Carneiro, sem voto — Osires Teixeira — Otto Lehmann — Orestes Quêrcia, vencido.

PARECER Nº 320, DE 1978

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 1976 — Complementar — que “inclui os contribuintes individuais da Previdência no Plano de Integração Social, e dá outras providências”.

Relator: Senador Helvídio Nunes

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Vasconcelos Torres, modifica a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 — que “Institui o Programa de Integração Social” — objetivando, com as alterações propostas, possibilitar a inclusão dos contribuintes individuais do Sistema Previdenciário, no elenco dos beneficiários do Plano de Integração Social (PIS).

O Autor, na Justificação, afirma que “o custeio seria feito pelo próprio interessado, dentro do velho e ainda válido processo que garante o equilíbrio e a sobrevivência dos benefícios sociais”. “Refiro-me, diz ele, à dinâmica do mutualismo que consiste em que muitos paguem, para que um número menor de pessoas, simultaneamente, afluam os benefícios gerados pelos recursos provenientes das contribuições arrecadadas”.

Vê-se, assim, inicialmente, que a medida contraria de modo amplo o espírito daquele Fundo, qual seja “... promover a integração do

empregado na vida e no desenvolvimento das empresas" (art. 1º, *in fine*). Ora, o "contribuinte individual" da Previdência não possui essa qualidade e, portanto, falta-lhe o indispensável pressuposto para que usufrua dos benefícios do PIS, já que este, como é fácil de se entender, funciona como um meio de os trabalhadores participarem dos lucros das empresas, por serem empregados delas. Não é o caso dos autônomos, dos empregadores, dos facultativos e dos chamados contribuintes em dobro.

Além, somente por mera confusão poder-se-ja associar o sistema do PIS — PIS/PASEP, na atualidade —, com o Sistema Geral da Previdência Social.

Por outro lado, o próprio Autor reconhece que a matéria envolve "aspecto técnico-financeiro específico relacionado com a montagem do mecanismo de custeio, indispensável à definição e à objetivação a que o Projeto visa". Isto é: trata de aspecto legislativo que a Carta Magna, em seu art. 57, item I, remete à competência exclusiva do Presidente da República.

Diante do exposto, nosso Parecer é pela inconstitucionalidade do Projeto.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1978. — **Daniel Krieger**, Presidente — **Helvídio Nunes**, Relator — **Wilson Gonçalves** — **Lenoir Vargas** — **Orestes Quêrcia** — **Otto Lehmann** — **Osires Teixeira** — **Nelson Carneiro**.

PARECER Nº 321, DE 1978

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1977, que "acrescenta parágrafo ao artigo 774 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passando a ser 1º o parágrafo único".

Relator: Senador Helvídio Nunes

De autoria do ilustre Senador Orestes Quêrcia, o Projeto sob exame acrescenta parágrafo ao artigo 774 da CLT, para estabelecer que a notificação postal somente será considerada recebida mediante prova nos autos.

2. Na Justificação, mostra o Autor como prevalece, atualmente, na matéria, o Prejuízo nº 16/69, do TST, que estabelece a presunção de a notificação considerar-se recebida 48 (quarenta e oito horas) após a expedição, cabendo ao destinatário o ônus da prova em contrário. "Entretanto, tal orientação não se afina com o texto do artigo 774 da CLT, que determina a fluência dos prazos depois do recebimento da notificação".

3. Constitucional e jurídica, a proposição, quanto ao mérito, afigura-se oportuna.

De fato, além da ressaltada incompatibilidade com o disposto no art. 774, a orientação vigente não é prática pelos problemas que acarreta para a Justiça do Trabalho e para as partes.

A celeridade da prestação jurisdicional é um dos requisitos da administração da justiça, que nem sempre é atendida pelo sistema atual, pelos recursos e demoras a que dá ensejo.

4. Quanto à técnica legislativa, entendendo desnecessário o desdobramento em artigo 1º e 2º da proposição, Melhor será que conste de um único artigo, conveniente, pelo contrário, o desdobramento do art. 3º.

5. Isso posto, o parecer é pela aprovação do Projeto, por constitucional e jurídico, com a seguinte

EMENDA Nº 1-CCJ

(Substitutivo)

Acrescenta parágrafo ao artigo 774 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 774 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com o seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"§ 1º

§ 2º A notificação postal somente será considerada recebida mediante prova nos autos."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1978. — **Daniel Krieger**, Presidente. — **Helvídio Nunes**, Relator. — **Lenoir Vargas** — **Wilson Gonçalves** — **Osires Teixeira** — **Nelson Carneiro** — **Orestes Quêrcia** — **Otto Lehmann**.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Hoje, às 16 horas, o Senado Federal tem a honra de receber a visita do Príncipe Akihito do Japão.

Para cumprimentar Sua Alteza Imperial, a Presidência convida os Senhores Senadores a comparecerem ao Salão Nobre desta Casa, numa demonstração da cordialidade e amizade reinante entre o Brasil e o Japão.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A lista de presença registra o comparecimento de apenas 31 Srs. Senadores. Não há *quorum* para deliberação. Nestas condições, as matérias constantes da Ordem do Dia, com exceção do item 16, ficam adiadas para a próxima sessão, uma vez que todas elas dependem de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Item 16:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que estabelece a obrigatoriedade de garantia, a ser dada pelo fabricante, para os pneus comercializados, tendo

PARECERES, sob nºs 29 e 30, de 1978, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Economia**, favorável.

A matéria constou da Ordem do Dia de 18 de maio último, tendo a discussão adiada, a Requerimento do Senhor Senador Helvídio Nunes, para a presente sessão.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 1976

EMENDA Nº 1

(de plenário)

Acrescente-se ao art. 2º do Projeto o seguinte Parágrafo Único:

"Parágrafo único. O número gravado à margem do pneu servirá de referência à invocação do direito reclamado pelo consumidor."

Justificação

A inclusão do presente parágrafo único ao art. 2º do Projeto se faz necessária, pois cada pneu comercializado traz gravado, à margem, um número da série de fabricação. Isto é que servirá de referência ao consumidor para reivindicação do seu possível direito.

Sala das Sessões, 16 de junho de 1978. — Senador **Heitor Dias**.

EMENDA Nº 2

(de plenário)

O art. 2º do Projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo anterior é obrigatória, na tabela de preço das fábricas e nas notas

fiscais emitidas em cada operação de venda, seja pelas fábricas, seja pelos revendedores, declaração explícita de que o pneu, no caso de qualquer defeito de fabricação, tem garantia assegurada pelo prazo de 1 (um) ano."

Justificação

A emenda ora apresentada parece atender melhor ao objetivo do autor da proposição, uma vez que a garantia pretendida já constitui uma concessão feita, a qual, entretanto, cumpre ser transformada em um dever para com os consumidores.

É o objetivo da emenda.

Sala das Sessões, 16 de junho de 1978. — Senador **Heitor Dias**.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.

A matéria volta às comissões competentes, a fim de se pronunciarem sobre as emendas de plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O desaparecimento, na última segunda-feira, dia 12 do corrente, de Francisco de Assis Machado, em Fortaleza, consternou os círculos sócio-empresariais, dos quais foi sempre figura de marcante evidência, em razão de seus atributos pessoais e de uma eficiente atuação como criterioso homem de negócios.

Vinculado à zona norte do Estado, pois nascido em Sobral e radicado, por muitos anos, no Município de Crateús, o extinto projetou-se, porém, diante de toda a comunidade cearense, que pranteou a sua morte, conseqüente de insidiosa moléstia.

Do povo crateuense, recebeu mandatos sucessivos, na esfera municipal, transformando-se, por longo tempo, ali, em mentor político dos mais prestigiados e benquistos.

Transferindo-se para Fortaleza, granjeou, gradativamente, merecido conceito como industrial de larga visão, consolidando as suas empresas, graças, também, à colaboração de sua família, que nelas se integrou de forma clarividente e dinâmica.

Após a redemocratização do País, em 1945, filiou-se ao extinto Partido Social Democrático, de cuja bancada na Assembleia Legislativa foi líder o seu saudoso genro Valter de Sá Cavalcante, posteriormente eleito para a Câmara dos Deputados, na legislatura iniciada em 1951.

Com o inesperado falecimento de Valter de Sá Cavalcante, em 1954, coube a Expedito Machado seqüenciar a tradição de liderança de seu genitor, elegendo-se sucessivamente deputado estadual e federal, até alçar-se ao antigo Ministério de Viação e Obras Públicas, à frente do qual prestou relevantes serviços ao Ceará e ao País.

Por seu equilíbrio e descortino, Francisco de Assis Machado era sempre ouvido nas grandes decisões partidárias àquela época, transformando a sua acolhedora residência em palco de importantes deliberações políticas para a vida do Estado.

Todos os seus filhos herdaram as qualidades de liderança de que era possuidor, sendo um deles — Jaime Machado da Ponte — categorizado dirigente de entidades representativas do empresariado alencariniano.

Conquanto aguardada, em razão do agravamento de seu estado de saúde, a morte de Francisco de Assis Machado compungiu os meios sociais fortalezenses, que se fizeram presentes ao seu sepultamento na manhã do dia 13.

As mais altas autoridades compareceram ao féretro, num reconhecimento público aos inestimáveis serviços que ele prestara ao nosso desenvolvimento econômico.

Ao registrar o ocorrido, Sr. Presidente, na tribuna do Senado Federal, desejo prestar a minha homenagem ao inolvidável Francisco de Assis Machado, associando-me ao imenso pesar do povo

cearense, pela perda de um homem de bem que legou aos seus coesaduanos exemplos edificantes de honradez, de patriotismo, de amor à terra comum.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Todos nós, qualquer que seja a nossa procedência, formação ou *status* social, temos algo de comum. É que nossas origens estão intimamente associadas a uma comunidade municipal.

Esse fato é de suma importância para o dimensionamento da angústia que martiriza todos aqueles que, embora vivendo nos grandes centros urbanos, jamais esqueceram suas ligações afetivas com a comuna em que deu os seus primeiros passos na vida. Todos nós, quando nos conscientizamos da verdadeira situação do nosso País, ficamos até certo ponto acabrunhados com o abandono, o desinteresse e o descaso a que são relegadas essas verdadeiras células da nacionalidade.

É verdade que o desamparo e as restrições aos nossos Municípios não constituem fenômeno recente nem deve ser inteiramente debitado às atuais elites dirigentes. Já em 1828, uma lei orgânica municipal, a pretexto de regulamentar dispositivo da Constituição de 1824, suprimiu por completo a autonomia dessas unidades político-administrativas, que assim ficaram subordinadas à férrea disciplina e às severas diretrizes traçadas pelo poder imperial.

Naturalmente, com essas e outras distorções não concordavam eminentes e combativos brasileiros, que sempre ergueram suas vozes em defesa da revitalização de nossas comunas e de sua completa integração num sistema em que não apenas os deveres, mas também os direitos fossem equitativamente compartilhados.

Os protestos começaram a surgir de todos os lados contra as odiosas discriminações praticadas pelo Poder Central e pelos próprios Estados, em detrimento do harmonioso desenvolvimento das potencialidades dos Municípios e de sua maior participação nos benefícios decorrentes do nosso desenvolvimento econômico e de nossa evolução como povo civilizado.

Não se pode, evidentemente, mencionar todos os que, no Império e na República, discordaram da política antimunicipalista seguida pelos nossos dirigentes. A lista seria por demais extensa e, mesmo que realizássemos criteriosas pesquisas e levantamentos, ainda assim estaríamos sujeitos a omissões imperdoáveis. Por isso mesmo, vou citar apenas as figuras mais expressivas do movimento municipalista, que se inicia com os precursores Visconde do Uruguai, Cortines de Laxe, Carneiro Maia (fase imperial) prosseguiu com Assis Brasil, Urbano Amaral, Silva Jardim, Domingos Jaguaribe (República Velha) e atingiu a maturidade com Teixeira de Freitas e Rafael Xavier, principalmente este último que, liderando numerosa e competente equipe, conseguiu lançar os fundamentos do moderno municipalismo e fazer com que os Constituintes de 1946 introduzissem, em favor de nossas comunas, algumas alterações na ignominiosa discriminação de rendas que tanto as debilitava e que, infelizmente, ainda estorva o seu progresso.

Mas, a despeito de todo esse esforço, inobstante as permanentes reivindicações de tratamento equânime para as comunas interioranas, continua a injusta distribuição de rendas e as limitações da autonomia municipal, o que conduz essas Unidades da Federação a situações desalentadoras, a posição de indistigável e permanente inferioridade, motivo por que alguém já as apontou como autênticas "gatas borralheiras" do nosso sistema federativo.

— enho notado, em minha longa e laboriosa vida pública, que os Poderes Central e Regionais, isto é, a União e os Estados subestimam a capacidade dos Municípios para assumirem maiores encargos ligados ao nosso desenvolvimento e por isso mesmo, acham que eles devem contentar-se com as migalhas que lhes são reservadas no quadro atual da discriminação de rendas.

Sempre reagi contra esse entendimento. Sempre me coloquei ao lado de homens da categoria de um Rafael Xavier, para quem qualquer presunção de incapacidade dos Municípios brasileiros não passa de afirmações vazias e gratuitas, completamente divorciadas da verdade dos fatos.

Para aquele extraordinário patrono da causa municipalista, "a União, à administração dos Estados cabe, sem dúvida alguma, a obrigação de zelar pelos interesses mais gerais nas respectivas áreas de competência, e a direção dos planos mais largos de serviço público. As grandes diretrizes e as grandes iniciativas deverão ter sua origem na alta esfera executiva federal ou regional. Entretanto, nenhum órgão mais autorizado, mais credenciado para o estudo e, mesmo, para a solução de grande número de problemas de ordem local, ou relacionados a uma zona geográfica restrita, do que o Município. Este é o poder local por excelência. Mais do que isto. É, por natureza e tradição, o zelador, o defensor dos interesses mais ligados à terra, o vanguardeiro do povo, o posto avançado da civilização rural, situado como se acha na junção geográfico-política entre estes dois mundos, por vezes tão separados um do outro: a Nação, expressa pelo binômio território-população, e o Estado — sublimação jurídico-política dos valores raciais e telúricos".

Está aí a receita para revigoramento de nossas comunas, mediante a outorga às mesmas de maiores responsabilidades na execução dos programas de desenvolvimento, máxime no que tange aos problemas mais diretamente ligados ao bem-estar das comunidades do interior, seguida da concessão de recursos adequados sem os quais elas nada poderão fazer além da execução de pequenas obras essenciais ao crescimento vegetativo das atividades econômicas e sociais em suas áreas.

Quando o Governo da União interfere na vida local para abolir o subsídio dos Vereadores; quando distribui às nossas Municipalidades parcelas insignificantes da receita global; quando impõe aos poderes públicos municipais a obrigatoriedade de organizar seus serviços públicos e disciplinar suas relações com seus servidores segundo padrões estabelecidos para a organização administrativa central; quando concessões como a classificação de cargos são situadas acima e fora das possibilidades de alcançar o funcionalismo das nossas comunas; quando medida de caráter eminentemente social, como a contagem recíproca de tempo de serviço, é vetada quanto à sua aplicação a tais servidores; quando tudo isso ocorre e se processa através de atos impositivos e insuscetíveis de serem reexaminados, temos que admitir que as perspectivas para as populações do interior são de progressiva estagnação e de crescente imobilismo em sua dinâmica social.

Já dissemos — e tal afirmação está no consenso geral — que os Municípios são as células da Nação. Se essas células se debilitarem cada vez mais, se elas continuarem submetidas a um processo de deterioração, é claro que o organismo que integram, ou seja, a República Federativa do Brasil, não poderá desenvolver-se de forma harmoniosa e estará sujeito a enfrentar (e já vem enfrentando) perigosos desníveis em sua economia e em sua organização social.

É preciso por fim, de uma vez por todas, ao incorreto escalonamento dos valores nacionais, com a União no topo de nossa estrutura política, vindo a seguir os Estados e por último os Municípios, estes relegados a uma situação de absoluta e injustificável inferioridade.

Se as nossas Municipalidades contarem com os recursos de que necessitam, terão evidentemente condições de fixar em seus territórios, como servidores integrantes de seus quadros administrativos, os valores que de lá se retiram em busca de oportunidades nas Metrópoles. Poderão, outrossim, atrair para os seus serviços técnicos e burocráticos profissionais de nível superior que, bem remunerados e prestigiados, certamente se disporiam a prestar essa colaboração. E estariam instrumentados — e este aspecto se reveste de singular importância — para contar com o entusiástico, dedicado e valioso concurso dos excelentes colaboradores que ora compõem os seus quadros de pessoal civil.

A exemplo do que vamos fazer em relação aos Estados, pretendemos dedicar o máximo de nossas forças à melhoria das condições dos funcionários municipais de todo o País. Lutaremos, sem desfalecimento, para que eles sejam valorizados, para que tenham um justo e equitativo sistema de retribuição e recompensas, para que suas reivindicações sejam ouvidas e consideradas, para que deixem de ser injustamente considerados de nível técnico e profissional inferior aos seus colegas da União e dos Estados, para que, finalmente, sejam reconhecidos como profissionais com excelentes qualificações, capazes de ombrear com os melhores elementos de outras áreas, desde que se lhes dispense tratamento que permita o total desenvolvimento e aproveitamento de suas potencialidades.

Convoco, desde já, para essa batalha, os municipalistas de todo o País, tanto os políticos como os apolíticos, assim como os cidadãos de todas as profissões e de todos os níveis sociais. Vamos defender o soergimento das condições morais, sociais e funcionais dos que exercem suas atividades no serviço civil de nossas comunas. À medida que esses brasileiros contarem com maiores oportunidades de progresso e de realização pessoal e profissional, eles imprimirão à execução dos trabalhos a cargo dos Municípios em ritmo de dinamismo e produtividade, acabando, de vez por todas, com o pretexto de que certas autoridades se utilizam para negar a canalização de maiores dotações para esses centros primordiais de vida local. Contribuição, por outro lado, com sua crescente eficiência, para acelerar o próprio desenvolvimento nacional.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A 5 de junho último, foi comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Em São Paulo, a Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, entidade que congrega mais de 70 organizações de defesa do meio ambiente promoveu, através de um Grupo especialmente encarregado de preparar a festividade, interessante programa voltado para a defesa dos recursos naturais de nosso País.

Pela manhã, o professor do Instituto de Física da USP, José Zatz, principal coordenador do Grupo, esteve na zona leste — Sapoemba — juntamente com outros membros da Comissão, distribuindo mudas e ensinando escolares a plantar árvores e cultivá-las. Enaltecendo o valor da campanha, junto à periferia mais sofrida da capital paulista, o professor Zatz enfatizou que "progresso não é destruição", lembrando que "precisamos ajudar na reurbanização de São Paulo, difundindo a prática do plantio de árvores em grande escala, se quisermos ver uma cidade mais humanizada".

À tarde, na Praça da Sé, em meio à multidão que participava ativamente da promoção, houve manifestações de arte voltada para a Ecologia: painéis alusivos à degradação ambiental, manifesto de poetas, música brasileira e depoimento de ecólogos e participantes do movimento, que visa despertar a consciência da população para o perigo iminente da poluição e degradação ecológica, se medidas não forem postas em prática urgentemente. Participaram cientistas como o professor Vasconcellos Sobrinho, da Universidade Federal de Pernambuco; Orlando Villas Boas, Aziz Ab'Saber, José Zatz, Paulo Nogueira Neto e toda a Executiva da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, dirigida pelo seu Secretário, jornalista Waldemar Paioli.

Não se pode afirmar que houve propriamente uma comemoração, pois, consoante pensamento unânime dos ambientalistas, "nada há a comemorar — só a lamentar". A própria mensagem do ecólogo gaúcho José A. Lutzenberger, Presidente da AGAPAN, lida por Paioli, é enfática neste ponto. Contudo, se por um lado os ecólogos clamam contra a irresponsabilidade que aliena e compromete toda a ecossfera, devemos louvar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, no sentido de mostrar à população o que se pode fazer em favor da Natureza. Principalmente

aos jovens é que interessou o conteúdo das mensagens veiculadas nos painéis e volantes, que focalizaram as linhas angustiantes do problema ecológico, com sérios prejuízos para a qualidade de vida de toda a Nação.

A nota dissonante e empanadora do brilho do 5 de junho ocorreu no Município de Embu, para onde se dirigiram os membros da Comissão: nessa noite, contrariando a população do Município, o Prefeito Joaquim Mathias de Moraes mandou à Câmara um projeto de lei que retalha as áreas de sustentação ambiental da cidade em lotes de 1.500 metros quadrados, permitindo, ainda, um enclave nesse setor, com lotes de 250 m², abrigo instalação de indústrias junto às áreas residenciais. Como disse o jornalista Waldemar Paioli, "capital da Ecologia, como é conhecido Embu, passa a ser a capital da especulação imobiliária".

O Dia do Meio Ambiente ou Dia da Ecologia, teve comemorações também no Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras cidades, não com a alegria esperada pelo povo, mas com o pesar e o receio, em face das ameaças constantes que afligem, hoje, indistintamente, todos os povos da Terra.

É preciso conscientizar a opinião pública, para evitar o agravamento do problema.

A defesa do meio ambiente encontra seu principal instrumento na própria população consciente, vigilante e participante.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente, designando para a Ordem do Dia da próxima, as matérias constantes da pauta da presente sessão e que não puderam ser apreciadas por falta de *quorum*, assim constituída:

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 102, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Gualter Maria Menezes de Magalhães, alusiva ao Dia da Vitória.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 111, de 1978, do Senhor Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 111, de 1976, do Senhor Senador Leite Chaves, e 256 de 1977, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que alteram a redação do art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 156, de 1978, do Senhor Senador Paulo Brossard, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1977, que regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências.

— 4 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1972, do Senhor Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 308 a 311, de 1973, e 1.010 a 1.013, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade nos termos do Substitutivo que apresenta; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo de Plenário, com subemendas que apresenta;

— de Economia — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que apresenta e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Luiz Cavalcante; 2º pronunciamento: favorável ao Substitutivo de Plenário e às subemendas a ele apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça;

— de Saúde — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que oferece; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos; e

— de Finanças — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e à subemenda da Comissão de Economia, e contrário à subemenda da Comissão de Saúde, com voto vencido do Senhor Senador Cattete Pinheiro; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Lourival Baptista.

— 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 944 a 946, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, nos termos de subemenda que apresenta; e

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece, com voto, em separado, do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada, tendo

PARECERES, sob nºs 135, 136 e 889, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de Legislação Social — 1º pronunciamento: favorável — 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) favorável, com voto vencido do Senhor Senador Lourival Baptista e voto vencido, em separado do Senhor Senador Ruy Santos.

— 7 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1977, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, que altera dispositivos do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969) e do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências tendo

PARECERES, sob nºs 878 e 879, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com a emenda que apresenta de número 1-CCJ; e

— de Segurança Nacional, favorável ao Projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 8 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a transferência do aeroviário, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 94 a 96, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto;

— de Legislação Social, contrário, com voto vencido dos Senhores Senadores Orestes Quêrcia e Cunha Lima; e

— de Economia, favorável.

— 9 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1977, do Senhor Senador José Lindoso, que acrescenta parágrafo único ao art. 488, da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o horário no período de aviso prévio, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 123, 124 e 125, de 1978, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Legislação Social; e

— de **Legislação Social**, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.

— 10 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1977, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que altera disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor, tendo

PARECER, sob nº 59, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade, com voto vencido do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 11 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 940, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Nelson Carneiro e Cunha Lima (dependendo da votação do Requerimento nº 150/78, de adiamento da votação).

— 12 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, tendo

PARECER, sob nº 21, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Leite Chaves, Nelson Carneiro e Cunha Lima.

— 13 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Proje-

to de Lei do Senado nº 38, de 1978 — Complementar, do Senhor Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, tendo

PARECER, sob nº 167, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade (dependendo da votação do Requerimento nº 147, de 1978, de adiamento da discussão).

— 14 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 898 a 900, de 1977, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Italívio Coelho, Otto Lehmann e Osires Teixeira;

— de **Economia**, favorável; e

— de **Educação e Cultura**, favorável, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos (dependendo da votação do Requerimento nº 131, de 1978, de adiamento da discussão).

— 15 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1977, do Senhor Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, tendo

PARECERES, sob nºs 92 e 93, de 1978, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de **Economia**, favorável (dependendo da votação do Requerimento nº 132, de 1978, de adiamento da discussão).

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos.)

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o servidor Domingos Batista Reis, Agente de Segurança Legislativa, Classe "D", do Quadro Permanente do Senado Federal, a comparecer nesta Secretaria no prazo máximo de cinco dias, a partir desta data, a fim de justificar sua ausência ao serviço, sob pena de ser essa ausência considerada como abandono de cargo e de ser comunicado o fato à autoridade competente, para os fins previstos no artigo 453 do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 15 de junho de 1978. — Aíman Nogueira da Gama, Diretor-Geral.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

5ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 11 DE MAIO DE 1978

Às dez horas do dia onze de maio do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, Adalberto Sena, Arnon de Mello, Helvídio Nunes, Evelásio Vieira, Otto Lehmann, Heitor Dias e Itamar Franco, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura, com a

participação, ainda dos Srs. Senadores Saldanha Derzi, Dirceu Cardoso e do Sr. Deputado Cid Furtado.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e, em seguida, convida o Professor José Carlos de Almeida Azevedo, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, a ocupar o lugar de honra à Mesa.

Após evocar os motivos que levaram este órgão técnico a ouvir o Professor José Carlos de Almeida Azevedo — cujos méritos desta-

ca — o Sr. Presidente concede a palavra ao ilustre convidado, que procede a uma circunstanciada análise sobre o ensino no País.

Encerrada a fase expositiva, iniciam-se os debates, deles participando os Srs. Senadores Jarbas Passarinho, Adalberto Sena, Evelásio Vieira, Itamar Franco e Dirceu Cardoso.

Ao final, o Sr. Presidente registra a sua satisfação pela presença do Deputado Cid Furtado e da Sr^a Clotilde de Almeida Azevedo, congratula-se com o Professor José Carlos de Almeida Azevedo pela magnífica exposição proferida e excelente contribuição dada aos debates, estendendo os seus agradecimentos aos demais participantes, e conclui determinando que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1978, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA, SEGUIDA DE DEBATES, DO PROFESSOR JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON

VICE-PRESIDENTE: SENADOR EVELÁSIO VIEIRA

ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal tem, hoje, o privilégio de apresentar uma conferência do Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Professor José Carlos de Almeida Azevedo. O Reitor da Universidade de Brasília cursou a Escola Naval e formou-se em 1953. Em seguida, em 1960, foi enviado para o MIT a fim de fazer um estágio no Departamento de Engenharia Naval. No MIT ele conseguiu o diploma de Mestre em Ciência Física e Engenharia Nuclear, em Arquitetura, em Engenharia Naval. Posteriormente, foi aprovado em três exames gerais para doutoramento e obteve o diploma em PhD, em Física.

O Reitor recebeu numerosas condecorações, e vou me dispensar da leitura do seu *curriculum vitae*, que exigiria, pelo menos, uns dez minutos.

O Reitor Carlos de Almeida Azevedo atendeu ao nosso convite para proferir uma conferência, dentro do Projeto Educação. Entretanto, a primeira parte da sua exposição será dedicada à Universidade de Brasília. Posteriormente, ele se colocará à disposição dos Srs. Senadores para responder a quaisquer indagações sobre o Projeto Educação.

Com muita honra, passo a palavra ao Reitor José Carlos de Almeida Azevedo.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO — Eminentíssimo Senador João Calmon, digníssimo Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, eminentes Senadores, Srs. Deputados, Srs. Deputados, Srs. Professores, membros da Imprensa, demais personalidades aqui presentes, Senhores e Senhoras:

É um privilégio para a Universidade de Brasília e uma grande honra para quem, no momento, a dirige comparecer à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal para, dentro do Projeto Educação, prestar uma pequena colaboração — sei que é isso que se espera — e tenho a serena convicção de que, de antemão, venho aqui mais para ouvir e aprender do que para dizer e sugerir.

Com a devida vênia, de V. Ex^a tome a liberdade — uma vez que a Universidade de Brasília, tão falada, não é de todos conhecida — de utilizar cinco minutos para projetar alguns slides sobre a

Universidade para que tenham alguma noção — não só das suas dimensões físicas, que dependem tão-somente dos recursos distribuídos pelo Governo Federal, mas do trabalho que ali se desenvolve. Faço isso com todo o desembaraço e com toda a tranquilidade, porque este trabalho não é creditado à minha pessoa mas, em particular, ao meu antecessor e certamente aos professores aqui presentes.

No primeiro slide os Senhores têm a localização da Universidade de Brasília, situada nesse grande triângulo com cerca de 300 hectares, mais a área do Centro Olímpico com cerca de 90 hectares, mais a Estação Biológica, com cerca de 30 hectares e situada na Asa Norte. Esta é a situação da Universidade de Brasília. No Plano Piloto ela possui um prédio, na SQN. 311. Aqui está o *Campus* da Universidade, aqui, a Estação Experimental, o Centro Olímpico; ali, a Estação Biológica; nessa parte da Asa Norte, a Universidade possui cerca de 10 superquadras em construção; temos também uma superquadra inteiramente construída em convênio com a Caixa, metade da qual é da Universidade, há três outras superquadras sendo construídas em convênio com o DASP. Aqui está a Cidade-Satélite de Sobradinho, a 20 km de Brasília, onde o atendimento médico é feito sob a integral responsabilidade e ônus da Universidade de Brasília. Finalmente, aqui está a Fazenda Experimental a cerca de 30 km e com cerca de 2.400 hectares. Esta é uma vista do *Campus*, tal como ele se situa hoje. Aqui os Senhores têm o famoso prédio "o minhocão": aqui, a biblioteca, a reitoria, o restaurante e as demais dependências da Universidade.

Esta é uma outra vista; ao fundo, o Centro Olímpico, que é um conjunto esportivo quase que grandioso; aqui, no *Campus*, as residências dos professores: quatro conjuntos de apartamentos. Aqui se vê, ao fundo, Brasília e o conjunto onde se situam o Instituto de Ciências Exatas, Biológicas, Humanas e parte da Faculdade de Estudos Sociais; aqui estão restaurante e a Faculdade de Tecnologia, recém-construída. Aqui, uma outra vista do *Campus*: no primeiro plano, a Faculdade de Tecnologia, inaugurada recentemente pelo Presidente Ernesto Geisel. Aqui, uma vista externa do Instituto Central de Ciências, tal como se encontra hoje. Aqui uma vista interna do Instituto Central de Ciências durante, talvez, um intervalo de aula. Outra vista interna do mesmo conjunto. Aqui, uma outra vista, também do mesmo prédio; este prédio tem, na parte inferior, sob estes jardins, os grandes laboratórios. Esta extensão, desta curva para lá, provavelmente, contém todos os grandes laboratórios de biologia: são cerca de 9 laboratórios com quase 400 m² cada um. Aqui é uma vista interna do ICC com os alunos chegando; outra vista interna do ICC. Outra vista interna. Aqui há o restaurante universitário. Outra vista de chegada de alunos. Outra vista do mesmo conjunto. Agora voltamos à parte interna do ICC: este prédio tem 736m de comprimento, com 150.000m² de área construída; aqui é uma das entradas de acesso ao ICC. Outra vista interna. Uma outra vista da biblioteca da UnB, provavelmente a única do País que permanece aberta 24 horas por dia; possui um acervo de 360 mil volumes; hoje, assina cerca de 6.600 títulos de periódicos. É a biblioteca Universitária que mais gasta em aquisição de livros, periódicos, a mesma ordem de grandeza dos gastos feitos pela USP nos seus quatro ou cinco *Campus* — na Capital e interior.

Aqui, uma vista do Departamento de Biblioteconomia contíguo à Biblioteca. Aqui, duas vistas internas da Biblioteca: um conjunto de três andares, com vários salões de leitura. É importante ressaltar aos Senhores que, no ano anterior ao ano passado, a biblioteca recebeu mais de um milhão de leitores, uma vez que ela permanece aberta 24 horas por dia, exceto nas noites de sábados, domingos e feriados. No ano passado, apesar dos distúrbios que paralisaram a UnB, ela recebeu mais de 850 mil leitores. Aqui, uma outra vista da biblioteca. Aqui é uma vista do restaurante universitário, construído há cerca de dois anos. Este restaurante tem capacidade para servir até 12 mil refeições por dia, seis mil em cada turno, e tem, mais ou menos, 9 salas independentes para refeições. Outra vista interna. Uma vista da quadra coberta. Uma vista do conjunto olímpico. Aqui provavelmente uma exposição do Departamento de Desenho. A

UnB possui, no entender da crítica mais especializada do País, que se situa no Rio e em São Paulo, o melhor quarteto de cordas, — dizem eles — da América Latina, é o único quarteto que já participou do Festival de Varsóvia; e exibiu nas grandes capitais do mundo inteiro. A Universidade está agora em fase final para apresentação do quinteto de sopro que não fica a dever nada ao quarteto. A apresentação desse quinteto, será feita na Embaixada da Espanha no dia 24 do próximo mês. Aqui uma fotografia do concurso vestibular.

A Universidade possui, dentre as Universidades brasileiras, um dos maiores conjuntos de computação, temos um computador Burroughs 3.600, um IBM, mais três computadores menores da linha PBP 11 e temos agora, também já instalado na Universidade, dentro do Centro de Processamento, um outro computador Burroughs 6.700, pertencente ao Ministério da Agricultura e operado pela UnB. A Universidade possui todo o sistema de registro acadêmico, todo o sistema de registro de pessoal, de patrimônio, de material, de contabilidade, em computador, o que lhe dá uma grande eficiência.

Este é o laboratório de biofísica, que possui um computador próprio. Este é um laboratório, — que serve de referência para a Organização Mundial de Saúde — para a identificação de caramujos transmissores de esquistossomose. Aqui é uma vista de outro laboratório, aqui é um laboratório de química para estudantes, uma vista de um outro laboratório da área de química, uma vista da biblioteca e, finalmente, chegamos aos dados relativos à evolução da Universidade.

A UnB, na área de ciências e de humanidades, nesses anos, aumentou o número de estudantes de 314%. Entretanto, nesse mesmo período, o seu corpo docente aumentou 16%; neste total incluem-se 57 professores em licenças diversas, 29 em bolsa de estudos e 10 cedidos a outros órgãos; temos pois a mesma ordem de grandeza de professores com que começamos a reformular toda a estrutura administrativa e didático-científica da UnB, em 1970. Nesse mesmo período, a evolução dos professores por regime de trabalho aumentou em 19%, indicando uma ênfase na dedicação exclusiva. Nesse mesmo período, enquanto a população estudantil triplicou, o corpo técnico-administrativo diminuiu de 6,2% e certamente diminuirá com a mecanização final dos trabalhos. Nesse mesmo período, o efetivo dos cargos comissionados diminuiu de 52%. Em 1971, a Universidade publicou (e por publicar entendendo trabalhos publicados em revistas, periódicos de circulação internacional, nacionais ou estrangeiros ou efetivamente aceitos para publicação) 737 trabalhos, um aumento, portanto, de 750%, o que dá bem uma medida da qualificação do corpo docente da UnB.

Os cursos de pós-graduação inexistiam antes de 1970, hoje a UnB possui muitos cursos e poderia ter muitos mais, se não tivesse a excessiva cautela de apenas criar tais cursos quando já tem criadas todas as condições: livros, revistas, qualificação de professores, equipamentos exigidos pelo Conselho Federal de Educação. Os cursos de extensão também inexistiam antes de 1973 e, nesse ano, recebemos 4.044 estudantes; passamos em 1976 para 7.171 estudantes em cursos de extensão, que devem ser somados aos 9.000 estudantes, aproximadamente, de cursos de graduação existentes na época e mais cerca de 500 a 700 estudantes de pós-graduação. Entretanto, esse número caiu, no ano passado, por causa da greve, mas já retomamos o mesmo nível do ano de 1976.

Esta é a situação dos cursos da Universidade quanto ao reconhecimento. Observem os Senhores, que antes de 1972 havia na Universidade apenas 4 cursos reconhecidos e os demais em situação inteiramente irregular; desses quatro, o de Arquitetura também estava em situação irregular, face ao novo currículo dos cursos de Arquitetura. Todos os cursos da Universidade e outros que não estão, talvez, aqui relacionados, foram reconhecidos a partir de 1971. Aqui, os Senhores têm a situação dos cursos de pós-graduação quanto ao reconhecimento: não há prazo para o reconhecimento, estabelecido em lei, para cursos de pós-graduação. Entretanto, a Universidade só autoriza a criação desses cursos, quando criadas condições para pe-

dir o seu reconhecimento ao Conselho Federal de Educação, porque é importante que os diplomas emitidos pela Universidade tenham validade internacional, ou, pelo menos, nacional.

Aqui, os Senhores têm a qualificação da UnB. Sei que hoje o País está acometido de uma "phdeite", como se o mero título significasse alguma coisa, mas dentre os índices da aferição da qualificação do corpo docente está este que não pode ser visto, analisado ou interpretado isoladamente: o fato é que a UnB, nesse nível de qualificação, tem 32% dos seus professores, 28% possuem o diploma de Master, de Mestre ou de doutorado de terceiro ciclo e 2% possuem curso de especialização ou aperfeiçoamento, com duração superior a dois anos; os restantes 31% possuem graduação.

Há um dado ao qual voltarei mais adiante: a UnB não sei se tragicamente, é uma das poucas Universidades neste País, talvez a única, que cumpre a legislação da reforma, no sentido de aferir a aprendizagem de seus estudantes. Isto é feito de maneira a que me reportarei adiante: no ano passado, foram desligados cerca de 732 estudantes por mau aproveitamento; 595 outros abandonaram a Universidade.

Este é um dado relativo ao desempenho da Universidade: a UnB foi a primeira no País a implantar o sistema de créditos, o que, como todos sabem, foi feito no governo anterior a este. A legislação da reforma tomou como modelo a UnB e esta a Universidade de Concepción do Chile, uma mistura do modelo universitário da Alemanha de Humboldt, e das universidades norte-americanas. Um dos pontos altos está permitir ao aluno fazer a sua própria composição curricular; ou seja, a Universidade por antecipação, estima o que os alunos vão pedir e faz a programação de disciplinas; observem que nesse período o corpo discente aumentou 3 vezes, e o docente manteve-se constante, entretanto, os alunos neste 1º semestre de 78 pediram 35.129 vagas em disciplinas; a Universidade programou 45.400 vagas e atendeu a 34.851 pedidos de matrícula. Entre esse número 35.129 e 34.851, cerca de 300 são, em princípio, alunos que pedem matrícula em duas disciplinas da mesma turma, com vista à obtenção de vaga na que melhor atenda aos seus interesses. É um dado significativo: o sistema de crédito, se bem conduzido, possibilita coisas dessa natureza: triplicar o corpo discente, manter o mesmo corpo docente (o corpo docente da Universidade foi reciclado em cerca de 70%, desde 1970, buscando-se a qualificação progressiva) e ainda contar com uma disponibilidade de cerca de 11.000 vagas; é um dado bastante eloquente.

Eis os dados do ano passado da Biblioteca Central: 350.143 livros, 6.438 títulos de periódicos assinados; recebemos revistas especializadas do mundo inteiro. Aqui, a circulação geral do acervo: quase duas vezes, 580 mil.

Aqui temos a distribuição dos gastos com o pessoal: gastamos 60% com professores, 20% com o pessoal técnico; desses 20%, certamente, mais da metade é gasto com pessoal técnico distribuído pelos hospitais e pelos próprios institutos e faculdades. Gastamos com o Corpo Administrativo 19%, e com cargos comissionados 1,2%. Aqui há um dado importante: a UnB vem procurando oferecer serviços à comunidade e busca, na medida do possível, e estimo que dentro de talvez 6 a 10 anos ou um pouco mais a UnB tenha autonomia financeira. Começamos, em 1971, com o orçamento de 99 milhões e chegamos, ao ano passado, com o orçamento efetivamente executado de 670 milhões. A distribuição percentual desse orçamento é essa indicada. Reporto-me agora a um dado recente de que os Senhores terão notícias brevemente: a UnB assinou convênio com a Central de Medicamentos, há uns 7 ou 8 meses, para fabricar hormônio para crescimento. Os dados relativos à fabricação desse hormônio revelam que apenas 40% da hipófise era aproveitada. Com essa técnica desenvolvida pela UnB, 98% é aproveitada. Isso implicará não só numa economia de divisas para o País, de algumas dezenas de milhões de dólares, como numa entrada de recursos substanciais para a Universidade que, prestando serviço ao Governo, tem participação nos lucros da venda desse medicamento.

A Universidade, hoje, busca, fora do Orçamento, do Governo Federal, 42% dos seus recursos. Na realidade esses recursos próprios

da Fundação foram os recursos colocados no orçamento, não quer dizer que são os recursos gerados pela Fundação naquele ano; temos muito mais dinheiro do que isso, o que nos possibilita cumprir um plano de expansão.

Finalmente, esses dados — aqui foi tomada como fonte de referência o *Diário Oficial da União* — Evolução dos recursos do Tesouro no período de 1972/1977. Estão aqui relacionadas 32 Universidades oficiais. A UnB está no 32º lugar e nunca passou do 22º em termos de crescimento do orçamento; não quero dizer que o Governo nos nega recursos, mas dizer que os recursos que o Governo nos entrega são suficientes e permitem um desempenho desta natureza; por favor não interpretem que estou insinuando que as outras universidades gastam mais do que deviam.

Voltando ao tema, a UnB almeja a autonomia financeira e espera, com seu plano de construção, com a vinda de professores qualificados e com outras medidas, obtê-la, num prazo não superior a 10 anos.

Quais são os entraves que as Universidades do País encontram, em particular a UnB. A UnB, como as demais, enfrenta o problema da qualidade do ensino de 2º Grau. O que há com esse ensino? Os dados estatísticos relativos a este ano, e que não diferem dos anteriores, dizem o seguinte: se neste último concurso de vestibular, a UnB tivesse exigido, não incluindo a prova de redação, a média de 1,65 na escala de 0 a 10, teríamos admitido apenas 1,7% dos alunos da área de humanidades que ingressaram, e 26% dos alunos da área de ciências; se quisessem em termos numéricos, teríamos preenchido apenas 6 das trezentas e sessenta vagas abertas na área de humanidades e apenas 115 no total de 440 vagas abertas na área de ciências; em relação ao número dos candidatos, de 2.088, na área de ciências, passariam 6; e de 4.061 passariam 115, na de humanidades. Por isso, o que há com este ensino? Preocupou-me muito, já que fui um dos estuistas da Reforma Universitária, e continuo sendo. Os Senhores sabem essa Reforma (o Sr. Senador João Calmon não me pediu para fazer aqui a apologia de leis ou de pessoas), mas a Reforma Universitária vem sendo execrada, como se fosse responsável pela má qualidade do ensino. Na área do ensino superior, dizem que foram as reformas as responsáveis por esse fraco desempenho dos alunos; entretanto esse fenômeno é universal e pouco tem a ver com o nosso País; ele existe nos Estados Unidos. Este livro contém o depoimento de 26 eminentes educadores norte-americanos. Diz um deles, o Padre Theodore Hesburgh "Tanto como membro da Comissão de Direitos Cívicos e da Comissão Carnegie para o futuro da Educação Superior, durante longos anos, fui pressionado e, arduamente, desejei o melhor acesso à educação para aquelas minorias que, durante tantos anos, sofreram os embaraços ou os impedimentos da desigualdade de oportunidades. Durante o término desse trabalho, fui muito além dos meus anseios iniciais, em esforços para que houvesse acesso maior para essas minorias para que pudessem ter acesso às Universidades. Tal como ocorre muitas vezes em muitos afazeres humanos, o bom tornou-se o inimigo do melhor. A igualdade certamente veio às custas da qualidade. O que vem ocorrendo na UnB, não difere do que ocorre nas demais. Os alunos vêm de um ensino médio, que os seus defeitos que não me cabem analisar, passam pelos tais cursinhos, que já ensinam processos de memorização; porque optam por tal ensino? Porque é este o que as Universidades cobram. Mas as Universidades cobram, tal aprendizagem não por uma contingência do exame de "cruzinha", o exame feito na base de "cruzinha" pode ser tão bom quanto qualquer outro exame.

Pode-se analisar um texto literário, resolver equações de astronomia ou das coisas mais esotéricas possíveis por cruzinhas. Mas a aferição da aprendizagem no concurso vestibular não é boa. Mas suponhamos que a Universidade optasse por uma forma diferente de "aferição" da competência do estudante no concurso vestibular, para o qual influem diferentes fatores, entre eles, os de ordem emocional. O que realmente permite medir a competência do aluno é o dia a dia, é contato dele com o professor, é o professor analisando o que ele sabe, o que ele quer, os seus pendores, as suas aptidões. O

concurso vestibular efetivamente não mede nada. Na base, de quatro ou não sei quantas por questões, o fator sorte pode sempre funcionar.

A UnB sofre, como as demais Universidades — e compreendendo, não estou fazendo a apologia da reforma, nem do governo nem de ninguém: — mas na realidade; os males existem devem ser creditados às Universidades, e apenas a elas.

Nenhum texto da lei da Reforma, nenhum artigo, inciso, ou parágrafo, diz que se deve aprender Inglês ou Francês, Astronomia ou Álgebra, ou lá o que for, com tal nível e intensidade. Seria até estranho ou ridículo que isso ocorresse. A Reforma é, meramente, um corpo de normas administrativas que se aplicam desigualmente nos locais em que as disparidades sociais, econômicas e até de natureza cultural — num País tão imenso como o nosso — prevalecem. Por isso, a UnB, que também tem as suas culpas e os seus pecados, admitiu estudantes além do devido, e teve de recorrer a um corpo docente que se é de boa qualificação, (são dignos, honrados, e capazes para sua tarefa) mas, todo o País é carente das elites intelectuais. Todo o País e em todas as áreas.

A UnB resiste com o grande empenho mas todas as universidades cometem um grave erro e as mais antigas cometeram esse erro com mais intensidade é transformar seus próprios ex-alunos em professores, antes de enviá-los para outras escolas do próprio País para fazerem outro treinamento, outros confrontos intelectuais, para saber se possuem aptidões. O fato é que muitos se transformam em professores principalmente, a partir da expansão do ensino superior; passamos de 90.000 estudantes em 1973 para 1.400.000 estudantes. Talvez só os Estados Unidos, o Japão e a Rússia possuam mais alunos que nós. Esse dado deve causar uma certa apreensão; e este é um dos erros que a UnB tem procurado evitar, e que, certamente, é evitado nos demais países mais avançados. Viemos recentemente desse pós-guerra, onde se pensou que toda a humanidade passaria por uma nova *belle-époque*, do século XX e que o diploma de Doutor seria, talvez, a única forma de ascensão social. Esse tipo de comportamento, levou alguns países, entre eles a Argentina e a Itália, a situações bastante embaraçosas. É claro que não há nenhuma correção entre diploma e competência. Não há nenhuma correlação entre o número de famosos PhDs e desenvolvimento econômico, desenvolvimento social ou cultural. Vejam os Senhores que os Estados Unidos, no ano de 1960, possuía menos médicos por habitante do que possuía, em 1974; em compensação, neste mesmo período, em que o número de médicos/habitantes decresceu, a medicina daquele país passou para uma situação privilegiada, em primeiro lugar, sob todos os aspectos, em todo o mundo. Não podemos fazer generalizações, a custa de um só exemplo, mas, na realidade, este é um exemplo bastante eloquente, porque o número de graduados em medicina em nosso País teve também uma expansão bastante acelerada. Por isso, a UnB diminuiu o número de vagas no curso de medicina, sofrendo grandes pressões, e dissabores. A Universidade existe para prestar serviços à comunidade, não a ela própria ou ao Governo, ou, muito menos, aos seus próprios professores.

Já estou passando para o final do 4º item da nossa agenda, são apenas mais alguns minutos. O que houve com a UnB, ocorre também com os outros países. Tenho aqui dados de agosto de 1977 (um trabalho da Fundação Rockefeller: "Alternativas para as Carreiras de Doutores nas Áreas de Humanidades.") Quero citar os dados relativos a 1975. Nos EUA, em 1975, um país com mercado florescente, com uma capacidade de absorção de pessoal qualificado ou semiquualificado maior do que qualquer outro país existente no mundo, mas os dados de 1975 — dados oficiais — dizem o seguinte: Na área de História, 39% dos Doutores, os portadores dos tão famosos e tão decantados diplomas de PhD, estavam desempregados. Na área de Literatura Americana e Inglesa 39%; na área de Literatura e Língua estrangeira 41%; outros diplomas relacionados às artes, a História, a Filosofia, Religião e a Linguística: 29%. Todas as áreas de artes e humanidades, 36,1%; o que dá, a grosso modo, para toda a área de humanidades, um desemprego na faixa de 35 a 40% de todos os portadores de diplomas de PhD nos Estados Unidos. No nosso

País, ocorre a mesma coisa, só que devemos descer um nível na escala.

As dificuldades para se obter emprego nas áreas de Sociologia, Comunicação, de Arquitetura e outras áreas de humanidades, é muito grande. A UnB — volto, mais uma vez a citá-la, — tomou algumas providências para corrigir o problema, pois pior que um curso mal feito, é um profissional de nível superior frustrado; há cerca de quatro anos, se não me engano, ela congelou o seu curso de Filosofia e trouxe brasileiros da melhor qualificação que estavam no exterior, creio que alguns deles até eram ex-alunos de Martin Heidegger, e os trouxe para a Universidade, para a constituir o embrião, de um curso de pós-graduação em Filosofia. Há certas áreas —

Comunicação, Sociologia, Antropologia, Filosofia — que exigem elevada soma de conhecimentos. Sempre me reponto ao exemplo de que pode haver um Prêmio Nobel, em Física — com cerca de trinta anos, mas que não há nenhum filósofo com tal idade. Nessas áreas, antes de tudo, vale a vivência. Se a Universidade de Brasília pudesse valer-se de alguma lei, e estender essa sua experiência, tão bem sucedida na área de Filosofia, reflexos importantíssimos em toda área de Humanidades esses jovens professores se responsabilizam pelo ensino de Metodologia Científica e os embaraços das Universidades se situam mais para o lado das humanidades por uma série de problemas.

Que aprendem hoje os alunos de Comunicação? Aprendem quem é Marcuse, e Mac Luhan, e o Sr. Umberto Eco, mas não sabem escrever, não sabem se expressar, já não digo com estilo mas apenas escrever de forma inteligível. Na Universidade de Brasília, que tem um grande volume de causas trabalhistas recebemos petições de advogados que são de pasmar, com trinta erros de Português por página. E às vezes, ao final não se sabe o que o advogado quer, não sabe qual é a questão. Esse problema todo aflui, deságua na Universidade, que é a vertente, hoje em dia, de grande parte das insatisfações sociais.

O que a Universidade deve fazer? Há quem diga que a Universidade deve abastecer o mercado de trabalho. Precisa-se de trinta doutores em Mecânica; a Universidade forma essas pessoas, embulha e passa adiante. Eis um dos grandes embaraços não Universidade brasileira, mas é das demais Universidade.

A Universidade existe, ou pelo menos deve existir, como muito bem afirmava um dos grandes educadores da História da humanidade, para formar o homem culto e que tenha uma vocação, pelo menos, para uma área especializada.

A UnB desenvolve outras atividades universitárias importantes além do ensino de graduação, de pós-graduação, e em pé de igualdade com as pesquisas. São atividades de extensão, com as quais se procura levar a Universidade à comunidade, na medida, é claro, do interesse dessa comunidade. Mas a UnB volta-se para a comunidade, não apenas para transmitir cultura ou novos conhecimentos, mas até para a assistência médica. Tenho aqui um dado relativo à Universidade de Brasília: ela possui um dos melhores centros do mundo na área de doenças tropicais e se responsabiliza pela assistência médica no setor de esquistossomose, de chagas, de leishmaniose, da febre amarela e de malária, nos seguintes locais deste País: na Caatinga do Moura, na Chapada Diamantina, a 360 kms de Salvador e 1.200 kms de Brasília; falamos com esses locais via rádio. Em São Felipe, no Recôncavo Baiano, a 200 kms a oeste de Salvador, em Santa Isa, cerca de 300 kms ao sul de Salvador, em Brejo de Espírito Santo, a 30 kms de Santa Maria da Vitória, em Mambai, a 320 kms de Brasília e 60 kms de Alvorada, a nordeste de Brasília. A Universidade tem interesse na compreensão da febre de Lábrea. Nesta cidade, no interior da Amazônia, é um dos locais do mundo inteiro que apresenta mais elevado percentual de lepra, além da chamada febre negra ou febre de Lábrea. A UnB está lá nesses locais, mas dá uma assistência permanente à Lábrea, a dois mil quilômetros a nordeste de Brasília, à margem do Rio Purus, no Rio Ituxi, um afluente do Rio Purus, a 30 kms de Lábrea, numa localidade chamada Evani, a 3.000 kms de Brasília; às margens do Rio Solimões, em Água Comprida, no Triân-

gulo Mineiro, onde atua com a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Este então é outro aspecto da chamada extensão universitária, algumas Universidades entenderam que deveria ser uma ação supletiva à desenvolvida, digamos, pelas Secretarias de Assistência Social, Educação ou de Saúde, e dos próprios Municípios. Extensão universitária não é isso, ela se limita à competência no nível superior da Universidade, ao contrário, ela está se imiscuindo em atividades que não lhe vão afetar. Há problemas insolúveis neste País: são milhões de chagásicos, portadores de doenças chamadas tropicais e a UnB traz a sua colaboração para o equacionamento desses problemas, porque tem interesse na pesquisa. Aproximando-me do fim, volto ao penúltimo tema do nosso encontro de hoje, já talvez avançando um pouco na hora, é o problema da representação e a participação estudantil.

Sabem os eminentes Senadores que as leis da Reforma que regulam as agremiações estudantis tem origem no Decreto nº 228, a chamada Lei Suplicy, e nas Leis nºs 464 e 5.540. Elas estabeleceram as normas que regulam a participação dos estudantes na vida universitária. Há um fato curioso, que se deu em 1968, quando a Alemanha, a Itália, a França, o Brasil, trouxeram para o corpo docente, para os colegiados universitários a participação estudantil. Isso foi um grave erro. E a Alemanha, pelo menos na Universidade de Heidelberg, voltou atrás e a extinguiu. O que se procurou com a chamada participação estudantil foi talvez levar o estudante a compreender o funcionamento da Universidade. Acontece é que isso foi levado ao extremo e os estudantes podem, hoje em dia, dar palpite sobre tudo — e não há nenhuma aleivosia contra os estudantes, mesmo porque eles não formam uma classe mas um grupo de transição — mas, as Universidades se fundamentam em competência; elas funcionam na base do saber, das qualidades intelectuais e humanas, sobretudo dos seus professores. Não tem lógica, não tem sentido algum que um estudante, por mais capaz que seja, mas sem a vivência que só o peso dos anos. Já, possa discutir pesquisas nas universidades, possa dar palpite sobre como a Universidade deve fazer uma distribuição de professores, se deve contratar um professor ou não. Isso, a título de treinamento, pode ser. Curiosamente, foram as leis da Reforma que trouxeram para dentro das Universidades a assim chamada contestação estudantil.

Antes, no País, havia os diretórios, mas eles não tinham nenhuma vinculação administrativas com os estabelecimentos de ensino. Diz-se que esses diretórios, que essas representações existem para formar líderes. Quem formava líderes era o Centro Acadêmico XI de Agosto. Mas ele não tinha nada a ver com a Faculdade de Direito. Desta confusão toda, surgiram e continuarão a surgir, durante muito tempo, graves embaraços administrativos nas Universidades brasileiras, como já surgiram para as Universidades italianas, que hoje enfrentam situações bastante adversas.

Eu me reporto ao ano de 1968, quando houve naquela confusão infernal na França, ninguém sabia o que os alunos queriam, a proposta que traziam, reformar o quê? O ensino, a sociedade, o sistema econômico, o sistema social? Não, era a contestação, a desordem pela desordem. Esse comportamento estudantil não foi prerrogativa da França, ele não foi prerrogativa do nosso País e nem de outros países. É fenômeno internacional, — talvez seja exagero, porque ele não existe na Rússia — mas existe em muitos países: o Japão, os Estados Unidos, as grandes potências industriais. A razão desse comportamento, deve ser buscada menos na Universidade do que nas próprias famílias, nas Igrejas, nas comunidades. As Universidades hoje se responsabilizam por tudo: pela própria educação, no sentido mais lato do termo, dos estudantes incompatibilizados com a vida comunitária, a vida em sociedade, sobretudo numa sociedade um pouco mais sofisticada, como as Universidades. Esses problemas afluem às Universidades com violência incrível — e me pergunto se a Universidade, deve permitir esse tipo de coisa, se seria isso um processo educativo, já que a Universidade, em princípio, existe para educar. Deve-se permitir que os estudantes entendam que as universidades como territórios livres, onde tudo vale e deve prevalecer a força da grande massa organizada e que, sem trazer mensa-

gem nova, procura subverter a ordem existente e que, por pior que seja, é uma ordem? Esse problema nos leva (e eu mencionarei adiante um trabalho do Reitor da Universidade de Lille, Maurice Mivaut chamado "Escola e Contestação") a um trabalho de um senhor chamado Mike Miles, publicado numa importante revista de educação dos Estados Unidos, um artigo chamado *O Triunfo da Reação*, onde ele descreve o que foi feito nos Estados Unidos, na época da contestação estudantil, que ali assumiu proporções incríveis e se iniciou com a morte de um estudante na Universidade de Kent State University. Diz ele:

"Com os movimentos estudantis, tragicamente, foram mortos alunos em Kent State University, Jackson State, Universidade de Berkeley, South Caroline State, North Caroline Tecnical State School."

O que ocorreu nos Estados Unidos foi o que ocorreu nos demais países; mas ali, o peso cultural da sociedade evitou que o governo assumisse a responsabilidade da solução do problema. Quando esses problemas surgiram nos Estados Unidos, o Governo norte-americano, na época do Presidente Nixon, encomendou estudos a Milton Eisenhower que era Reitor — *rão me lembro de qual Universidade* —, criou a famosa Comissão Seranton e contratou a *Carnegie Institution* para dar-lhe sugestões. O Governo norte-americano recusou-se a assumir a responsabilidade pela feitura ou pela promulgação de leis controlando o movimento de contestação estudantil e cada Universidade deu a estes problemas o tratamento que entendeu ser oportuno.

Permito-me ler — é um trabalho meu que está sendo publicado pela *Revista de Defesa Nacional* e à falta de outro nome, dei-lhe o de *Escolas para Contestar*; relacionei aqui dois parágrafos:

"Em 1969, nos Estados Unidos, a National Commission, presidida por Milton Eisenhower, apresentou várias sugestões para conter o Movimento Estudantil que atingiu o seu ápice naquele País. A Casa Branca recusou-se a baixar leis para controlar a revolta estudantil e nem a morte de estudantes em Kent State, Jackson State, Universidade de Berkeley, South Caroline State, North Caroline Tecnical State School levou a modificar esta atitude. No Brasil, na mesma ocasião, a sociedade permissiva e abúlica, incapaz de preservar os seus valores mais nobres e os mestres acomodados ou coniventes com a contestação, levaram ao agravamento do problema estudantil. Muitos dirigentes, aliás, reduziram-se à condição de espectadores — estou me referindo a 1968 — e outros deram barretadas populistas. De qualquer forma, não conseguiram conter o Movimento Estudantil, levando, assim, a trágicos acontecimentos e a edição do Decreto-lei nº 477. Com o alheamento oficial do Governo Federal dos Estados Unidos, o peso cultural da sociedade norte-americana prevaleceu, levando a pacificação universitária, obtidas de várias maneiras, baseadas nos regulamentos disciplinares de cada uma das Universidades. Durante a crise norte-americana, foram criados fundos especiais para modernizar algumas — eu coloquei polícia universitária, não é um nome comum aqui no País, mas nos Estados Unidos chama-se Campus Patrol ou Campus Police — e um órgão do Departamento do Estado chamado Law Enforcement Agency Administration distribuiu recursos justamente para dar a cada Universidade as condições mínimas para que pudessem assegurar a tranquilidade nos recintos universitários."

Este Senhor Michael Miles, que é um eminente educador, citou o fato de que só uma vez, de uma só vez, no Mississippi Oalley State Collage foram presos 800 estudantes. E fez a seguinte anotação: "Aqui ninguém tomou conhecimento e lá ninguém se lembra disto".

As Cortes de Justiça norte-americanas mantiveram até expulsões de estudantes feitas por motivos curiosos: por escrever cartas de críticas a reitores. É o caso do Sr. Stayer contra a Comissão de Educação do Estado de Nova Iorque. Pela distribuição da panfletos do Comitê Contra a Violência dos Estudantes, que é o caso do Sr. Jones contra o Conselho de Educação. Por outro lado, a Câmara das

Escolas e Comunidades Independentes de Desnoines entendeu que os estudantes tinham o direito de usarem braçadeiras negras em protesto contra a Guerra do Vietnam. Uma Corte de Justiça de Boston entendeu que a Universidade de Fiyechurhg State não podia censurar os jornais estudantis, mas as administrações universitárias — estou citando o Sr. Michael Miles — no restante do País, impuseram censura prévia a tais jornais. Nessa época as Universidades da Califórnia, Stanford e Ulinnesotta cancelaram relações com a imprensa estudantil, permitindo apenas que ela operasse fora do campus, como corporação independente. Estou citado casos diametralmente opostos. Os Conselheiros da Universidade de Vermont revogaram a decisão do reitor que demitira um professor radical da área de Ciências Políticas. Entretanto, a Universidade de Stanford demitiu um professor já estável porque havia incitado a ocupação de dependências da Universidade em protesto contra a invasão do Laos e porque havia vaiado o Embaixador norte-americano, Henry Cabot Lodge, no Vietnam do Sul. Na Universidade de Wisconsin, o órgão equivalente ao nosso Conselho Departamental recomendou sanções contra dois professores estáveis e um instrutor por participarem de demonstrações políticas no campus. A Comissão Scranton, que foi criada naquela época junto com a Comissão Carnegie e a Comissão Milton Eisenhower, e refletia o pensamento da administração universitária norte-americana, sentenciou que *membro do corpo docente que se engaja ou dirige contestação não tem lugar na comunidade universitária com o que concordou ardorosamente a própria Comissão Carnegie*. Um outro exemplo, no Dartmouth College: doze professores radicais que se encontravam regularmente — e apenas por isto — à hora das refeições, foram demitidos, um a um, restando um único 3 anos depois. Professores de Ciências Políticas da Universidade de Illinois tentaram transformar seus cursos e seminários sobre problemas de repressão política; em consequência a Universidade e o Conselho baixaram um código de autodisciplina proibindo os professores afastarem-se do conteúdo dos cursos. Apesar dessas discrepâncias, houve surpreendente unanimidade, nos Estados Unidos, entre os conselhos universitários de administração e os professores mais qualificados, no sentido de controlar diretamente os recursos financeiros dos estudantes e não permitir que as Universidades abrigassem quaisquer atividades políticas. Finalmente a própria American Council Education e a Seraton Commission sugeriram modificações nas normas relativas à estabilidade dos professores.

Tudo isso exemplifica apenas a autonomia universitária norte-americana. Mas, infelizmente, ela é entendida, em nosso País, apenas como o direito de transformar as Universidades em logradouros, onde a irresponsabilidade e o tumulto devem vicejar sem molestos quaisquer.

Sr. Senador, já me alonguei demasiadamente, além do limite de tempo recomendado por V. Ex^a, e volto para as observações finais, as perspectivas da UnB.

A UnB tem, no cenário educacional brasileiro, por força do apoio recebido dos governos — peço desculpas pela afirmação aos ilustres Senadores do Partido da Oposição, não vim aqui fazer apologia do Governo, digo isso com todo o respeito e numa afirmação da pura e exclusiva verdade — mas a partir dos Governos da Revolução, em particular do eminente Senador Jarbas Passarinho, a UnB pôde desenvolver um esforço que não foi meramente administrativo, e não deve ser creditado a quem eventualmente a dirige, mas um esforço de toda a comunidade que transformou a UnB em uma das instituições idôneas deste País e, da América Latina. A UnB tem bons cursos, talvez, um ou dois cursos que estão aquém dos padrões estabelecidos pela Universidade. Mas mesmo estes cursos — não quero exemplificar — mas quanto a este curso que entendemos que não é um curso bom — o de Comunicações — a CAPES, do Ministério da Educação, nos dá vultosos recursos para reforçá-lo por ser ele o melhor curso de graduação do País. No que diz respeito à graduação a UnB está bem, funciona muito bem, resiste a quaisquer críticas, vitórias, exames e interpelações. Na área de pós-graduação, a

Universidade não pretende abrir pós-graduação, a esmo porque a pós-graduação é uma especialização muito séria. Infelizmente, no nosso País, hoje a pós-graduação completa o que deveria ter sido ensinado no nível de graduação; o nível de graduação completa o que deveria ter sido ensinado no estágio anterior — acho que devo parar aí, para não descer ao nível mais baixo. Mas, a UnB entende, e tenho a certeza de que muitas outras assim o fazem, entende que a pós-graduação é um estágio final e a ela devem ter acesso poucos alunos. A pós-graduação não pode ser transformada, como os cursos de Comunicação e Psicologia, em épocas não muito distante, em modismos da sociedade. A Sociedade precisa de cidadãos cultos, a sociedade precisa de cidadãos que estejam à altura de sustentar o seu desenvolvimento; e a missão da Universidade certamente não é transformar profissionais e técnicos e nem colaborar para preencher empregos. A função da Universidade é apenas a de educar para a vida e para a cidadania.

Sr. Senador, peço desculpas por haver falado demasiadamente e faço os meus melhores agradecimentos aos eminentes Senadores que me ouviram com tanta tolerância e paciência. Agradeço aos Srs. Deputados aqui presentes e às demais pessoas que aqui vieram para ouvir o pouco que tinha a dizer com a minha pequena vivência na área do ensino. Agradeço em nome da UnB e dos Professores aqui presentes por este privilégio, esta honra que V. Ex^a concedeu à Universidade de Brasília, permitindo-me vir aqui e dizer, num ambiente como dificilmente poder-se-ia encontrar outro neste País, ou seja, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, que tão atenta e tão presente está em todas as decisões do nosso ensino superior como está a UnB. Muito obrigado (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra ao primeiro debatedor inscrito, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas e Magnífico Reitor: Sou o primeiro debatedor por citada que me preparou a Oposição.

O nobre Senador pelo meu Estado de nascimento, o Acre, Senador Adalberto Sena, inscreveu-se em primeiro lugar mas exigiu que fosse o segundo, de maneira que alguém teria que, depois dele, ser o primeiro.

Espero que isso caracterize sempre o destino da Oposição em relação ao meu Estado. (Risos.)

Mas o louvor da palestra que Vossa Magnificência acaba de fazer, naturalmente está agora perfeitamente assegurado no interior do pensamento de cada um de nós. De fato a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal debate, com muita liberdade, e Vossa Magnificência creio que já assistiu a alguma palestra aqui nesta Casa. Felizmente temos aqui um princípio de tentar chegar à verdade sem nos preocupar em melindrar quem quer que seja, mas também fazendo esforço para não ultrapassar o limite da cortesia, por isso que entre nós, sobretudo, as discussões são mais acesas. Há alguns pontos admiráveis do seu pronunciamento, sobre os quais gostaria de fazer perguntas, meio rápidas, para me atualizar. O Magnífico Reitor disse, num acesso agudo de modéstia, que veio mais aprender do que ensinar e nós aqui estamos aprendendo, a menos que venhamos a seguir o famoso humorista inglês que diz que quem sabe faz e quem não sabe ensina.

Em primeiro lugar, salientaria a sua preocupação em relação ao vultoso de estudantes universitários brasileiros, hoje, da altura de um milhão e 400 mil. Tive a impressão que sua afirmativa foi traduzida num refolho do pensamento, uma preocupação pelo número possivelmente muito grande. F, de fato, para quem tinha 124 mil estudantes universitários em 1964, tinha menos, em valores absolutos, do que a Argentina que tinha 1/4 da população brasileira; este salto, numa década, foi extremamente importante. Acusam-nos, entretanto, de ter feito este salto em detrimento da qualidade de ensino. Mas, Pouso Alegre terra, do nobre Senador Itamar Franco, em Minas, já existia muito antes de 1964. Ele sabe que Pouso Alegre formava levas de bacharéis em Direito: 1.800 a cada semestre. E havia até uma

disputa porque quem vinha por Bragança Paulista encontrava uma placa: "Fique aqui que é mais perto tantos quilômetros do que Pouso Alegre". (Risos) São fatos bem anteriores aos que estamos analisando aqui. Portanto, querer dizer-se que essa qualidade de ensino caiu precisamente agora! Fico muito feliz que tenha um valioso aliado na pessoa de Vossa Magnificência.

É evidente, entretanto, que um fato me parece digno de meditação. Eu li num documento da CEPAL, quando me preparava para tentar desempenhar, da melhor maneira possível, o que me cabia no Ministério, que me chamou muita a atenção. Nesse dado estatístico levantado pela CEPAL havia uma consequência indefectível que eu procurei situar, mais intuindo do que compreendendo, a respeito do número de estudantes de cada Universidade: assim como se houvesse um ponto ótimo, um número ótimo para o corpo docente, a partir do qual, qualquer que fosse o esforço residual ou acréscimo que a Universidade fizesse na qualificação de corpo docente, maior quantidade desse pessoal, melhoria de equipamento, etc., o resultado seria — ao revés da melhora — seria a regressão. Então verifiquei que entre os piores resultados em eficiência e eficácia estavam os Estados Unidos, estava o México. Uma universidade com um número muito grande de pessoas, estava Roma. A Universidade de Roma, então essa batia o recorde de falta de eficácia e eficiência, pelo crescimento volumoso; e estava, na América Latina, a Universidade de Buenos Aires. Porque só o número, 1 milhão e 400 mil universitários não me diz nada, uma vez que sabemos que os Estados Unidos têm 4% de sua população matriculada em cursos superiores. Um milhão e 400 mil seria, aproximadamente, 1%. Depois a União Soviética que tem mais de 2,5% do total de sua população também matriculada. Esses dados poderiam nos levar a correlacionar com condições de mercado, para saber se isso sim está fazendo excedente profissional, a que o Professor Reis Velloso se referiu no passado e que Vossa Magnificência leu com relação aos desempregos nos Estados Unidos dos Ph.D's.

Então, a pergunta é esta: Não crê Vossa Magnificência que, com esse um milhão e 400 mil universitários, que evidentemente merecem a análise, mas se aquelas prioridades no campo da educação que foram estabelecidas ao nosso tempo, fossem mantidas, isso não seria um benefício, porque as prioridades carrearíamos para as áreas carentes de profissionais, de recursos humanos treinados, e essas áreas carentes eram, como se sabe, de Ciências da Saúde, menos na Medicina e mais na de Paramédicos, formação do magistério e as técnicas: as químicas, as físicas, as engenharias, etc. Neste campo me parece que se continuássemos carreando maior quantidade de vagas para eles, o crescimento seria benéfico. O crescimento, através do modismo, a que se referiu o Reitor, realmente seria desastroso. Como não acompanhar, por uma questão de princípios, o que se passa no Ministério da Educação há 4 anos e alguns meses, não sei se esse um milhão e cem mil estudantes que havia após o último vestibular a que presidi, que foi em janeiro de 1974, e mais 300 mil agora, se isso teria acompanhado ou não a oferta prioritária?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO — Procurarei responder a V. Ex^a com dados. Não sei quem disse que há três formas de mentira: a dolosa, a culposa e a estatística. Nunca incidi nas duas primeiras e não gostaria de entrar, agora, na terceira. Mas o ensino superior brasileiro, ao que parece, tem hoje a seguinte distribuição: as Universidades Federais, entre elas incluídas as fundações, mantidas pela União, tipo a Universidade de Brasília, detêm 27% dos estudantes; as Estaduais 10%, as municipais, 5%; e os restantes 62%, está na área da iniciativa privada.

Existem excelentes Universidades particulares e, uma delas é a Universidade Gama Filho. Nesses 62% estão incluídas as Universidades Católicas. Mas, em contrapartida, o Governo gasta no ensino superior cerca de 75% do seu orçamento destinado à educação. O que choca um pouco é o contraste dos 23% de alunos para os 75% orçamentários. Mas, o que choca mais ainda, sobretudo, nesta área, que tantos recursos recebe, a área do ensino superior universitário fe-

deral, é que se graduam todos os alunos que entram nessas Universidades são sábios; não há reprovação.

Então a preocupação não é com o número. O número está aquém, muito aquém das estatísticas dos países desenvolvidos. Nós deveríamos talvez ter até o triplo. Agora o que seria importante é que as Universidades cumprissem a sua missão social.

Acho que se a função da universidade, em particular, das Universidades Federais, fosse dar diploma, ele poderia ser dado diretamente, sem tantos anos, sem tantas preocupações, sem tantos traumas e despesas.

Esse número, eminente Senador, não me preocupa, nem a V. Ex^a, como um número isolado. Um milhão e quatrocentos não diz nada; mas um milhão e quatrocentos mil estudantes em Universidades que não aferem a aprendizagem — e, veja V. Ex^a que naqueles mais de 60% são as escolas particulares e nelas quase públicas — não há pesquisa, é um ensino livresco, professoral, que, muitas vezes, pode ser substituído com mais eficiência, com mais economia, até por um disco, um "cassete".

Tendo em vista o elevado custo do ensino a que V. Ex^a se referiu, na Medicina, certamente não é o que está ocorrendo. — Dizem aí as famosas estatísticas — que deve haver 5 enfermeiras para cada médico. No Brasil temos 6 médicos para cada enfermeira. É evidentemente que os nossos problemas de saúde têm muito mais a ver com higiene, sabonete e vassoura do que com neurocirurgia. É essa a preocupação que eu tenho como um detentor episódico desse cargo de confiança que muito me distingue, que muito me honra, é essa a preocupação que a UNB teve, ao diminuir as vagas nesses cursos, criar o curso de enfermagem, criar o curso de nutrição; mas nós calmos sempre nos modismos da sociedade, o aluno quer é ser médico. A Universidade, deveria funcionar como se o aluno não pertencesse a nenhum curso, ele é aluno da Universidade e não do curso tal. Dentro da Universidade obedecidas exigências e certos parâmetros até de natureza legal, ele encontraria o seu caminho por um processo de tentativa de erros e de acertos. Mas é humanamente impossível diminuir vagas na área de engenharia e medicina e o mercado econômico brasileiro já não absorve tantos engenheiros como há 5 anos. Há 5 anos, o desempenho da mineração e a descoberta de novas jazidas levou a um crescimento assustador dos cursos de geociências, o que não foi um mal. Mas acontece que as Universidades não se reordenaram e, hoje, há desemprego numa área tão especializada como a de Geologia. Por conseguinte, respondendo-o na medida em que V. Ex^a entenda que eu assim o fiz, eu esclareço que não é o número que me preocupa; o que me preocupa é o fato de que esse elevado número nas Universidades vem levando a um bloqueio institucional e, nada nos garante que o elevado número desses alunos que entraram na Universidade, são mais capazes do que os outros que estão ainda batendo às suas portas e não têm vagas.

Quanto ao problema do concurso vestibular eu acho que poderia ser até ampliado substancialmente. Não digo que devamos ir aos extremos da Argentina que admite todo mundo. Primeiro ano de curso de Medicina da Universidade de Buenos Aires: 10 mil alunos; segundo ano, 500. Não digo que se deva chegar a esse ponto, mas, a aferição justa da competência, dos pendores do aluno, não pode ser medida numa prova que demora meia hora ou 50 minutos ou uma hora ou seja lá quanto for, é o contacto direto com instituições e com professores idôneos que podem orientar os jovens e, eventualmente, dizer até coisas como: "o senhor, pode ser um milionário mas não insista na área do ensino superior". "Procure uma universidade onde as coisas sejam mais fáceis. O Sr. não pode ficar aqui". Mas, o que deve causar preocupação, não tanto para a nossa atual geração, sofrida e angustiada, mas para as vindouras é saber que tipo de gente as universidades estão formando? Que tipo de profissionais? Os reflexos já estão por aí, e são bastante eloquentes, respondem por si mesmos.

Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Entendo, precisamente, o pensamento de V. Magnificência. Apenas gostaria de salientar que,

quando percebi da sua preocupação pelo crescimento, era primeiro perguntar, se de fato as prioridades teriam sido mantidas com certa rigidez, porque se assim o fossem estaríamos ampliando as áreas carentes de recursos humanos treinados necessário para o desenvolvimento do Brasil; embora com esta ou aquela variação no tempo, pois não somos um País socialista, somos um País de mercado livre, que pode sofrer esta ou aquela variação. O impossível seria, entretanto, oferecer, por exemplo, no período em que passei pelo Ministério, muito maior número de vagas para o curso de Arquitetura, quando nós sabemos que de arquitetos já tinham sido saturado os mercados principais como o do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Aqui em Brasília já está.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então seria um desperdício apenas a busca de *status*: ser chamado de Arquiteto e ficar numa posição de desempregado, porque havia até um fato curioso: arquitetos havia que desejavam empregar-se como desenhistas, já que não tinha vagas para arquitetos, mas não conseguiam ser desenhistas, porque para desenhistas exigiam três anos de prática na profissão intermediária. E, esses três anos eles não tinham, então não podiam ser desenhistas nem arquitetos.

Mas, no campo de formação do magistério, nós tínhamos mais de 40% de leigos no ensino primário, mais de 70% de leigos no ensino médio e, cerca de 90% no ensino superior, que não tinham mestrado voltado para o magistério; era uma formação que se podia ampliar com benefício para o País.

Relativamente a outra crise que se fala tanto nas conferências internacionais de educação, que é crise da adequação, ela é universal. Não vi durante o tempo que passei pelo Ministério, e ficava muito atento às conferências internacionais para sentir quais eram as tendências modernas, não vi nenhum país que dissesse que um aluno terminava um curso universitário graduado e estava capacitado para exercer, com absoluta proficiência, a profissão para a qual ele tinha sido intitulado. Ainda haveria um pouco de *training* para poder, depois, realizar alguma coisa.

A segunda pergunta é uma curiosidade: As Fundações, como V. Magnificência soube, sofreram muitas acusações por parte de preconceitos ideológicos; como a Universidade de Brasília é uma Fundação e, comparando a evolução orçamentária, eu verifiquei algo que, quando foi projetada me chamou a atenção e eu gostaria de uma explicação, se fosse possível. A contribuição própria aparece decrescente, 28% no ano de 1971 e 10% no ano de 1977. Em compensação os convênios cresceram de 0,8% para 32%. Diante desse fato eu perguntaria: acha o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília que a Fundação é uma opção valiosa, boa, melhor do que manter as Universidades autônomas, diretamente ligadas, entretanto, ao Ministério?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Do ponto de vista administrativo, certamente; pode-se fazer coisas como na UNB: triplicamos o número de alunos, mantivemos o mesmo número de professores, mas substituímos — e não vai nisso nenhuma acusação, nenhuma crítica a pessoas ausentes, que não mais pertencem à UNB — mas substituímos cerca de 70% dos professores por outros professores mais qualificados. E é isso que a levou ao desempenho que teve. Sem dúvida, se não tivesse um corpo docente à altura, com padrões de competência, de dignidade e de formação, acredito que a Universidade teria sofrido um revés irreversível no ano passado. Sob esse aspecto, acredito, (ruidos)... creio que o sistema de Fundação é um caminho: Mas é preciso que essas Fundações não sejam meros sorvedouros de recursos para pagar mais os professores, para dizer que são autônomas e, onerar a sociedade brasileira com uma pretensas intelectualidades e pretensas qualidades.

Acredito que a UNB modestamente, vem cumprindo o seu papel na busca incessante por qualificação melhor do corpo docente e do ensino e que nos permitiu, manter em termos de crescimento

percentual, de recursos um honroso último lugar. Em contrapartida, esses 10% que V. Ex^a mencionou não refletem o dinheiro recebido pela Fundação. Esses foram os recursos colocados no orçamento; poderíamos ter colocado talvez cinco vezes mais do que isso; mas, a UnB procura, num prazo inferior a um decênio mantido esse mesmo desempenho, depender do Poder público, apenas, para pagar parcela do salário dos seus professores. O salário dos professores da Universidade de Brasília talvez sejam baixos, mas são os maiores do Brasil. Maiores do que os da USP; substancialmente maior do que os das outras; mas de acordo com a lei, a Universidade de Brasília paga essa diferença. Então as Fundações — e foi por isso que citei esse exemplo desse harmônio de hipótese que foi desenvolvido agora na UnB acredito que a Universidade vai receber alguns milhões de dólares por essa descoberta — têm mais flexibilidade.

Realmente, a UnB é parcimoniosa; Ela não distribuiu todo o dinheiro que recebe. Normal querer comprar ar condicionado, tapetes, cortinas, carros e coisa dessa natureza; nossos recursos amealhados com suor do nosso rosto, da comunidade universitária e esses recursos têm uma destinação muito bem feita. Posso dizer a V. Ex^a que a Universidade de Brasília não recebe recursos que querem lhe entregar quando não tem a serena convicção de que eles não serão bem aplicados. Temos em execução cerca de 270 convênios; fazemos desde o controle de frequências-rádio para o Brasil inteiro — para o Ministério das Comunicações — ou o fazíamos até há pouco tempo — ao acompanhamento orçamentário de todos os centros de custo do Ministério da Educação; prestamos assessoria aos granjeiros da Vargem Bonita, à firmas de produtos químicos em São Paulo.

Acredito que as Universidades Federais não têm essa flexibilidade.

Sob esse aspecto a resposta, no meu modesto entender, é afirmativa. O REGIME FUNDACIONAL É MELHOR:

O SR. JARBAS PASSARINHO — Para encerrar, Sr. Presidente, apenas, agora nem propriamente uma pergunta mas uma constatação que para mim foi gratificante, defesa que o Reitor fez das normas gerais da Reforma.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Acho, Senador, se me permite falar, acho que é esse o grande esforço que deve ser feito, o de fidelidade à Reforma. Nós não podemos ficar trocando leis na medida em que não funcionam em Taquari, Brasília ou alhures. Exige-se um processo de sedimentação e, no meu modesto entender, eu não sou educador, mas, no meu modesto entender, as leis da Reforma não ficam nada a dever à dos países mais avançados. Agora, é preciso que ela efetivamente seja executada na sua plenitude. Nós não podemos expandir vagas sem aferir conhecimento; nós não podemos aumentar salários, sem cobrar desempenho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Essas observações compõem, na mesma linha de raciocínio, a afirmativa; porque uma das minhas tristezas tem sido, andando por esse Brasil, a convite quase sempre para debate, eu tenho sentido nos debates uma colocação, no meu entender, inteiramente descabida em relação a críticas da Reforma, seja a Reforma de natureza universitária, seja a Reforma de 1º e 2º grau. E, muitas vezes, a Oposição quando se serve para fazer essas críticas cita, sistematicamente, o nobre Senador João Calmon, o nobre Deputado Flexa Ribeiro, o nobre Deputado Álvaro Valle, que são todos do meu Partido, o que é uma forma de intimidação a qual eu reajo na medida do possível.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Senador dá licença?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Depois da referência do Reitor a respeito da qualidade do ensino de 2º Grau, V. Ex^a pode também incluir o Reitor da Universidade de Brasília.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, mas eu não incluo somente a ele, eu incluo a mim. Quanto à qualidade do ensino, hoje, praticado, eu incluo a mim. O que eu procuro mostrar e nem sempre

sou entendido, possivelmente pela minha conhecida falta de capacidade de comunicar o meu pensamento...

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Não apoia-do.

O SR. JARBAS PASSARINHO — ... é que, em primeiro lugar, cabe-me até uma espécie de hipocrisia que me disse que a queda de qualidade de ensino de 1º e 2º e 3º Grau, são um fato contemporâneo. São fatos do dia de hoje. São fatos crônicos desse Brasil. O magnífico Reitor da Universidade de Campinas, o Professor Zeferino Vaz, dizia numa cerimônia a qual eu estive presente que, o seu curso médico comparado com o curso médico atual, ele ficaria até envergonhado de referir-se a ele. Aquele que ele tirou no passado. Mas, hoje, nós todos temos a ideia de que, no momento, em que se abastardou o ensino — e aí até se inventou uma expressão em homenagem a mim a expressão de mobralização da Universidade — A universidade teria sido mobralizada.

Eu tomo como tal, porque alguns que fazem esse tipo de acusação, talvez se tivessem feito o curso do MOBRL, talvez tivessem melhores qualidades, hoje. Ocorre que a qualidade do ensino a que me referiram, por exemplo, vem de parte como o Reitor citou, também — e foi muito importante, ele citou com muita clareza e com um mínimo de provocação na voz, coisa que eu já faria diferente, é do meu temperamento — é que ele mostra que não se pode culpar a ideia geral, o universo de pensamento reformador com a má aplicação aqui ou acolá, onde as peculiaridades foram violentadas. Paguei caríssimo e, inclusive, em 1974, quase fui um ex-Senador, junto da minha série de ex, por quê? Porque no meu Estado a Universidade, dentro da sua autonomia, apanhou uma situação que era inteiramente inicial, onde não havia nem ciclo básico organizado, e passou de menos infinito para o mais do infinito e colocou-se à frente de todas as Universidades brasileiras, na aplicação das ideias da Reforma. Quer dizer, violentou peculiaridades locais e, o resultado disso é que ouvi depois de amigos que estiveram comigo, médicos que iam tirar o seu filho do curso de Medicina dessa coisa espantosa, pela qual o Ministro Jarbas Passarinho foi culpado. O estudante de Medicina estudava Fisiologia sem ter estudado Anatomia. Porque não havia o pré-requisito básico não tinha sido satisfeito; mas, brincando de fazer currículo a vontade do aluno, eles ofereciam, por exemplo, essa barbaridade: ensinavam Fisiologia sem ter estudado Anatomia; Estudava Microbiologia sem saber fazer a tintura de uma lâmina. Nesses pontos, aqui, acho que quando o Reitor se referiu a sua defesa permanente da Reforma, ele salientou claro que o outro aspecto é a Reforma ser distorcida, a partir do momento de quem a faz, dentro da autonomia que tem para fazer. Isso, realmente, é um mal. O que me levou quando discutíamos, ainda ontem, o famoso projeto do Senador Itamar Franco, de introdução de uma Cadeira...

O SR. ITAMAR FRANCO — Não, não ficou famoso...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não ficou famoso... É ou não é famoso?

O SR. ITAMAR FRANCO — Tornou-se famoso...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tornou-se famoso. Até que é uma agressão injusta. Eu nunca saí do plenário, sempre estive debatendo em homenagem ao projeto de V. Ex^as e, apenas, discordei dele. Mas tornou-se famoso porque fez com que a ARENA saísse 200 vezes do seu plenário e, ontem, afinal, nós viemos a discutir até o sexo dos anjos, para poder depois votar.

O SR. ITAMAR FRANCO — Se V. Ex^a me permitisse eu diria que ele tornou-se famoso devido ao pretexto que a ARENA usou para não comparecer ao Plenário.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É isso também. Como o Líder declarou, em tempo oportuno — algumas vezes a saída em bloco do MDB do plenário não deram notoriedade nem fama ao projeto, porque possivelmente o projeto não tinha mérito. Tantas vezes o

MDB saiu de plenário, mas não houve fama. Não houve fama, porque naturalmente a substância não era boa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nós somos a Minoria.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tenho a impressão de que nós faríamos uma discussão paralela e, muitas vezes, a Maioria, se ela é e não é, como salientou precisamente o Líder: ela é Maioria porque tem a maioria das cadeiras, mas não é Maioria, fisicamente, presente porque estava com problemas eleitorais nos seus Estados e os nobres colegas perceberam rapidamente que qualquer estudante banal, em aritmética, sabe que há maiorias eventuais que se constituem de minorias presentes.

Então, nós não seríamos tão tolos em pensar que a Maioria nossa era Maioria quando ele estava diluída, pelo Pará, pelo Maranhão, dando aplausos aos Governadores eleitos e outros bem zangados porque não tinham sido eleitos. Esse era o problema que nós tínhamos que viver: mas não queria desviar do assunto e salientar só com uma palavra de muita ênfase na solidariedade a um ponto de vista levantado por Vossa Magnificência, aqui. Nós temos aqui um convívio, Magnífico Reitor, e que eu reputo excelente, ou talvez tenha sido excelente no passado entre as duas Bancadas, MDB e ARENA, e agora, ainda que possa haver a restrição desse nosso convívio, no máximo, ele passara de excelente para muito bom. Nós temos, ainda, um convívio muito bom nesse campo; e eu falaria certo de que estou sendo entendido pelos meus colegas de Oposição, quando Vossa Magnificência citou aquilo que o recurso chama de crise de relevância. Por exemplo: V. Ex.^a se referiu aí ao de 68. Hoje se verifica que Cohn Bendit está proibido de entrar na França. É bandido, é proibido entrar na França.

Entretanto é altamente ilustrativo que se leia um livro onde ele tem uma entrevista dada a ninguém menos que Jean Paul Sartre. E esse objetivo está lá declarado exatamente como Vossa Magnificência situou o problema. Ele não tinha nenhum desejo de melhorar a qualidade de ensino; ele não tinha nenhum desejo sequer de colocar naquilo que nós já havíamos alcançado, na relação de Professor e estudante, que na Sorbonne em Nanterre e eram tipicamente imperiais e bonapartistas: a ponto de um aluno não poder interromper um professor nem mediante um gesto. E isso tudo que podemos dizer, velharia do sistema educacional francês não era entretanto o objetivo de competir, mas sim como ele dizia: "Combater as bases de uma sociedade capitalista numa Universidade voltada para o capitalismo."

Então, esse era o grande problema: era transformar com vistas o seu pensamento ideológico. E o Reitor citou casos partindo, inclusive, dos Estados Unidos da América, e a necessidade das Universidades serem geridas por autoridades que não sejam (falha na gravação) o ônus como bônus. E no momento em que verifique que a Universidade pode ter o seu problema violentamente alterado no campo de relação entre estudantes e professores, não se omitirem, não se esconderem e não deixarem que as Universidades se transformem num campo sagrado, onde todos os absurdos podem ser praticados, desde que, *intra Universidade, intra muros*. Essa me pareceu a mensagem final do Reitor, com o qual eu estou de pleníssimo acordo.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Se o Sr. me permite, e em reforço desnecessário ao que V. Ex.^a acaba de dizer, lierei um trecho do suplemento nº 53, pág. 5, de uma revista chamada "Le Point e La Rose", órgão do Partido Socialista Francês, que diz a certa altura:

"A escola mantém as desigualdades sociais mais do que as corrige. O que a burguesia espera é que ela transmita a ideologia dominante, reproduza as desigualdades e os comportamentos da sociedade capitalista e, cada vez mais, permita controlar para seu proveito, a reprodução das conferências científicas e técnicas.

"A natureza da escola é assim contraditória, como é a sua função. Instrumento de dominação do grande capital,

mas também fator de emancipação e da contestação, e como tal encontra-se em convergência natural com a classe revolucionária, antagonista da classe dirigente. A instituição universitária não está nem acima das classes, nem integrada ao sistema estático sócio-cultural das classes dominantes. Ela é, ao mesmo tempo, um dos terrenos e um dos embates da luta de classe."

Eu acrescentarei o seguinte: É evidente que a escola não promove sempre a ascensão social, mas é malévolo deixar de admitir que ela é a forma mais eficaz de efetua-la, acabar com ela, para que a escola passe a ser dos terrenos escolhidos para a luta de classe é desconfeitar os mecanismos de promoção social, infringir danos irreversíveis à toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto SENA.

O SR. ADALBERTO SENA — Nobre Professor, permita que eu o trate de Professor e não de Magnificência porque tenho receio de que, no decorrer da exposição, eu acabe me esquecendo disso e acabe tratando-o por outras formas: V. Ex.^a, etc. A exposição de V. Ex.^a, a exemplo de outros educadores que aqui temos ouvido fornecer matéria para, não digo muito, para muitas reflexões. Eu pretendo fazê-las com calma, mediante a leitura, como tenho feito com relação às outras. No entanto, vou lhe fazer uma pergunta. Limite-me a uma pergunta porque eu sei que muitos outros colegas que aqui estão inscritos e não desejo prejudicar as suas indagações, mormente, quando estamos com este problema de tempo, que é o maior inimigo dos nossos desejos.

V. Ex.^a me impressionou quando se referiu, de maneira até enfática, por duas vezes, à contribuição que a Universidade vem dando para a solução de problemas da comunidade. Posso resumir assim o seu pensamento, que pode ter sido expresso por outras palavras. E citou vários casos, que, aliás, me impressionaram de atividades da Universidade de Brasília, no interior do Brasil, sobretudo, na solução de problemas relacionados com a medicina e mais propriamente com a saúde pública. Uma dessas referências muito me comoveu. Foi aquela feita em uma cidade, que conheço porque fica no trajeto de algumas viagens que fiz ao meu Estado, a Cidade de Lábrea, e isso me levou a fazer uma pergunta: Como tem sido a participação da Universidade de Brasília nesse campo da interiorização, mesmo fora da saúde pública, em outros campos do conhecimento, e, sobretudo, nos Projetos Rondon na Operação Mauá e nesses centros rurais de treinamento da ação universitária, designadas aqui na exposição pela sigla CRUTACS?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Essa atividade em Lábrea, é importante. Veja V. Ex.^a que nós atraímos pessoas do mundo inteiro. Entre os médicos ingleses, há um que foi o mais laureado de todos. Refiro-me ao Professor Philip Ularscku, que era Professor Titular de Medicina na London School of Tropical Medicine e na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Este Senhor abandonou estes seus dois encargos, veio para a UnB e encontra-se inteiramente dedicado ao problema da saúde comunitária, analisando o problema de malária, de oncocercose, de leishmaniose, praticamente em Lábrea, mas ele anda pelo Brasil inteiro, em particular, em São Félix.

O SR. ADALBERTO SENA — E com relação à lepra?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Lá, em Lábrea, eu não sei ao certo parece que 5% da população é constituída de leprosos. Uma das maiores incidências existentes no mundo inteiro e a UnB está lá presente com seus recursos próprios, locomovendo-se, às próprias expensas. Estamos, agora, com serviço-rádio em Caatinga do Moura, São Felipe, Santa Ises, Brejo do Espírito Santo, Mambai e a próxima será em Lábrea. A UnB mantém uma assistência médica permanente. De vez em quando vamos lá, colhemos sangue da população inteira, trazemos para cá e o analisamos.

A UnB entende que isso que V. Ex.^a mencionou como a ação comunitária, não pode ser colocada em termos de competição com os serviços públicos preexistentes. A função da Universidade, nesse particular, tem que ser uma função supletiva. Exemplo, não se consegue acabar com a febre de Lúbia, ou com a malária...

O SR. ADALBERTO SENA — Por isso mesmo eu usei a palavra contribuição.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — A Universidade não vai lá dar vacinas, mas porque tem um interesse científico, é atraente para pesquisadores de alto nível e para lá ela se dirige.

Acredito que essa ação da Universidade competindo com serviços já existentes, é nefasta à Universidade. A Universidade, por outro lado, engaja-se no Projeto Rondon e creio que com menor intensidade no Projeto Mauá, por uma questão de distribuição de cotas, apenas.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Sr. Reitor: nós temos riquezas naturais extraordinárias. Temos um potencial humano fantástico, 115 milhões de brasileiros. Entretanto, a pobreza, a miséria se acentuam em nosso País, em razão da carência, sempre maior, tecnológica e de recursos humanos. Por que não temos, ainda, uma consciência, entre a nossa elite, para o valor da educação?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — A pergunta de V. Ex.^a é difícil e não me sinto qualificado para respondê-la, mas vou tentar de forma indireta.

Se compararmos o que ocorreu nos Estados Unidos no final do século passado, 1870 até o início desse século, 1915 por, exemplo, o ensino nos Estados Unidos deixava tanto a desejar quanto ao ensino brasileiro, nos dias de hoje, em particular, na área de Medicina — eu não tenho aqui documentos — mas a Medicina nos Estados Unidos era um descalabro. Não vamos analisar os primórdios da educação brasileira, mas tivemos as benesses da natureza; clima tropical ameno, frutas abundantes, caça. O problema existencial não era tão grande. Por outro lado, a dependência cultural de Portugal não permitiu a criação de centros de estudos superiores, os mais antigos estão, em Olinda, a Faculdade de Direito, e São Paulo; tem apenas 151 anos — Acredito que essa componente cultural ainda vai impedir o nosso desenvolvimento e a formação de pessoas qualificadas, por vários decênios. Na medida em que as universidades continuam como estão, abúlicas quase, não procurando, não tendo por obsessão a melhoria da qualidade de ensino e a interação com a sociedade e buscando resolver os seus problemas nada vai mudar: as Universidades brasileiras, no meu modesto entender, estão, em grande parte, acomodadas. Por outro lado, a sociedade tem uma parcela muito grande de responsabilidade. Veja V. Ex.^a, a julgar pelas notícias da Imprensa, o número elevado de prédios que caem, de pontes que desabam, de cirurgias mal feitas, de coisas dessa natureza e que passam como se fossem absolutamente naturais. Acho que a sociedade brasileira cobra pouco dos serviços que ela tem.

Tenho uma experiência que vai me acompanhar pela vida inteira, ela é modesta, o norte-americano tem aquele célebre dito: "eu sou um pagador de taxas". I'm a tax-payer. E como tax-payer ele cobra. Ele cobra a qualidade de ensino, ele cobra a qualidade dos serviços públicos, é humano o comodismo, isso é inerente a qualquer grupo étnico. Mas se colocarmos por cima disso os fatores climáticos aos quais me referi, acho que desenvolvimento é quase sinônimo de luta pela vida: é necessário ser mais agressivo, e procurar pelas coisas, tentar resolvê-las, elas não são, todas insólveis.

Não temos uma tecnologia; Muito Bem! Temos uma tecnologia, por quê? Será por que não houve uma legislação própria? Isso é um fenômeno de mercado. Veja V. Ex.^a, que no final do século passado, talvez mais adiante 1910, há 60 e poucos anos portanto, não havia

tecnologia nos Estados Unidos. A indústria eletrônica era inexistente, como a indústria de construção naval, e a indústria mais sofisticada não havia. Não havia por quê? Porque não havia o suporte de todas elas, os sistemas de ensino sofisticados com pessoas capacitadas. Que fizeram os americanos? Uma imigração seletiva; à parte a imigração normal, eles foram buscar as pessoas qualificadas que existiam, na China, no Japão, na Alemanha, na Itália, levaram para lá e ali criaram, para essas pessoas, condições de trabalhos condignas. Assim vieram Einstein, Fermi, Szilard, daí veio uma profusão na área da Física, da Engenharia. Há algum tempo, num modesto artigo que fiz, citei que a General Electric uma potência econômica é fruto do trabalho, em grande parte, de um emigrante russo, aleijado, todo torto, mas era um sábio. Foram buscá-lo onde ele estava, chamava-se Charles Proteus Steinmetz. O desenvolvimento, às vezes, é fruto de uma pessoa. Veja o caso do laser por exemplo, descoberta que criou tantos empregos nos Estados Unidos com aplicação em Medicina, e tantas outras aplicações, foi decorrente do trabalho solitário de um ou dois indivíduos. As universidades brasileiras, nem particular, têm uma grande parcela de responsabilidade nesse nosso acanhamento cultural. Os estrangeiros não são mais inteligentes que nós, não há problemas de etnia de raça, de origem, de religião, ou lá do que for: mas eles têm uma experiência milenar. Há universidades européias com cerca de mil anos, e funcionam com todos esses embaraços de guerras e de convulsões mundiais, elas funcionam normalmente pois houve a sedimentação de usos e processos que lhes dão estabilidade, o que não ocorre com os nossos.

Mas não ficam aí nossos erros. Estamos mandando um número elevado de pessoas para estudar no exterior, até mesmo em áreas que não produzirão benefícios mas, certamente, frustrações. Não tem sentido que se mande um estudante brasileiro fazer qualquer tipo de curso, de mestrado, de doutorado, em Educação. Educação é coisa intimamente nossa, é um processo cultural que está aí há quatrocentos, quinhentos anos. É isso, eminente Senador, o que eu quis dizer ao falar nos modismos da sociedade. É como no caso da Psicologia: daqui a pouco vai haver um psicólogo com um cliente só, que será um outro psicólogo, tantos são os psicólogos que se formam neste País. Acredito que a culpa é interna das universidades, acomodada como é a universidade brasileira, mas a sociedade brasileira é extremamente permissiva no que se refere a valores éticos, profissionais, morais, técnicos e tudo mais a que ela faz jus e de que ela necessita para assegurar o nosso desenvolvimento. Longe de sermos um gigante de pés de barro, caminhando para ser um gigante de pés e cabeça de barro. É função essencial da universidade corrigir tudo isso. Por isso é que sou assim tão contundente em procurar preservar o ambiente acadêmico na Universidade de Brasília, que é uma Universidade difícil. Em síntese, respondendo a pergunta de V. Ex.^a: sociedade permissiva e universidades acomodadas são os maiores culpados pelo nosso atraso.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Qual o principal óbice, obstáculo ao desenvolvimento da educação?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Senador, o que nos interessa é a educação que também seja fator de desenvolvimento e não só como fator de acumulação de conhecimentos. Acredito que isto tem características até certo ponto episódicas. O desenvolvimento brasileiro precisa de técnicos. Precisa de pessoas que saibam fazer as coisas. Saibam fazer planos. Saibam fazer centrais de transmissão de eletricidade, etc. Mas este problema não vai ser resolvido nem pelas universidades e nem nas universidades. Nós somos até certo ponto, na área educacional, um grande exército, com generais, e sem capitães e sem sargentos. Então é preciso que — e é nisso que eu vejo a grande vantagem desse chamado ensino profissionalizante, que também foi interpretado de uma maneira caótica como se todo o mundo dovesse entrar na escola para aprender a fazer um embrulho e depois ir embora e não aparecer mais — acredito que é preciso dar o desenvolvimento social que é a resultante de uma soma de competências, de uma soma de vontades de fazer. Então é

preciso que a educação chegue, em nível de qualidade, a todas as camadas da população, o esforço demasiado na criação das universidades, em um País pobre como o nosso, certamente veio em detrimento do melhor esforço que deveria ser destinado à área do primeiro e segundo graus. Nos Estados Unidos, é o único exemplo que posso citar, pois vivi lá, mas ao mesmo tempo ocorre na Europa, na Inglaterra, na Alemanha, o ensino de primeiro e segundo grau obriga a todos, brancos e pretos, católicos e não católicos, ricos e pobres; mas isso aqui no Brasil tem-se tornado difícil até hoje. Surgiram estas criações de universidades. As universidades não estão resolvendo certamente o problema do desenvolvimento nacional. Seria até injusto dizer-se que a universidade brasileira está formando incompetentes. Não está. Mas a competência, que hoje é formada nas universidades, custa caro demais e beneficia a um número reduzido de pessoas. Eu não sei, parece que o Senador Jarbas Passarinho foi um dos co-autores da reforma, concorda, mas — acredito que nós estamos num processo, em que, daqui por diante, as universidades deverão consumir menos e produzir mais. O ensino do primeiro grau deveria ser estendido a todos, pois é exigência de natureza constitucional. Não há ninguém que, em sua consciência possa nos assegurar que lá, no Acre, do eminente Senador Adalberto Sena, lá no interior de sua Santa Catarina, nos ocais mais paupérrimos, não existam jovens de dez ou quinze anos que não sejam um sábio, em potencial, mas é preciso ir buscá-los, colocá-los na escola, orientá-los. Essa ação não decorre de leis. A lei existe, mas há tantas neste País que nem sequer são conhecidas. O que é preciso é um esforço da comunidade, da sociedade, para que o ensino — o ensino do primeiro e segundo grau — seja universalizado. Então, certamente, teremos até a solução do problema universitário. Mas quem sabe se o sistema de bolsas não poderia resolver o problema? Mas hoje, Senador, isto não é uma decorrência de lei. Hoje é possível passar quinze anos sem fazer nada, fazer o MOBRAF em um ano e a universidade quase que por correspondência: surge o diploma que habilita o indivíduo formalmente, a um emprego elevado, por quê? Porque tanto faz o indivíduo ser um sábio como não, se ele tem um diploma é considerado apto. Mas é preciso que a sociedade diga: "Não, esse sujeito aqui tem um diploma igualzinho ao desse outro, mas não é capaz".

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — A carência de recursos das universidades não seria o maior obstáculo?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Não sei se saberei responder a V. Ex^a porque conheço mal o problema dos recursos fora do âmbito do ensino universitário. Posso responder apenas pela UnB que não precisa de recursos, mas certamente o ensino de primeiro e segundo graus precisa, a julgar pela veracidade de notícias que saem a respeito de professoras que ganham salários de cem cruzeiros, cento e cinquenta cruzeiros, quando ganham.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Vamos ao Prefeito pedir uma escola, ele diz que não tem recursos suficientes, que tem também outras prioridades etc: vamos então ao Governador do Estado, a resposta é a mesma: vamos ao Governo Federal, o mesmo. O filho do rico faz o ensino fundamental gratuitamente. Faz o segundo grau também gratuitamente. Aí ele vai ao cursinho, paga ingresso na Universidade e estuda gratuitamente. São mais de quatrocentos mil brasileiros que, na sua maioria, filhos de famílias ricas. O filho do pobre faz o fundamental gratuitamente, o segundo grau já não é, não pode pagar o cursinho, aí ele vai estudar naquela Faculdade de que não gostaria...

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — E precisa trabalhar também, porque estudará certamente à noite.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Como então o Senhor justifica esta discriminação no Brasil?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Bom Senador, o Sr. está me levando a meter o bedelho onde não sou chamado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Eu pergunto porque o Senhor é um homem franco e que gosta de dizer a verdade.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Não posso deixar a pergunta de V. Ex^a sem resposta. A natureza é, até certo ponto, injusta. Quem nasce numa família abastada, tem uma boa alimentação, se antes de nascer, a mãe teve uma boa alimentação, tem assegurado um desenvolvimento mental; a não ser que ele não queira, ele queira ser um estrofoa, um bandido, ele tem condições, porque enfim está lá dentro da cabeça dele tudo de que ele precisa. Isso infelizmente não ocorre com o pobre. Ocorre então o seguinte: a disputa pelas vagas nas Universidades beneficia mais as famílias abastadas, é evidente. Não estou fazendo confidências nenhuma. Se o Senhor pergunta: bom, mas recentemente disseram que na USP e na UnB também, há cinquenta ou sessenta por cento de estudantes oriundos de famílias, cujos pais não sabem ler, nem escrever e que ganham menos do que dois salários mínimos. É verdade. Mas isto é uma fotografia do momento atual? Porque houve uma expansão de vagas. Com o crescimento do desenvolvimento brasileiro, este fenômeno irá agravar-se certamente. Por isso acho que é preciso — e aí a injustiça — a Universidade Federal ser gratuita. É porque está custeando o ensino de quem pode pagar. É aquilo que V. Ex^a mencionou. O pobre, tragicamente, tem o ensino do primeiro grau de graça, mas depois ele precisa trabalhar. Ele precisa compor com sua família um esquema de estudo e de trabalho ou esquecer-se do estudo de vez. Eu acho que neste ponto é que entra o ensino profissionalizante, o ensino supletivo, abrindo mais uma perspectiva para este jovem. Mas o que precisa haver, paralelamente, é um sistema de bolsas, que identificando aptidões, pendores, competências e tudo mais que fosse buscar esse jovem onde ele está. Procurando responder a pergunta de V. Ex^a não há certamente uma conspiração malévola contra a classe pobre; este é um fenômeno do crescimento brasileiro e que terá de ser resolvido.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O universitário em Ciências Jurídicas — e não vou a outros cursos, vou a este — conclui o seu curso, consegue uma namorada, ela se transfere para outra cidade, ele estabelece a correspondência, a namorada renuncia o amor. Eu fico indagando o por quê? Depois descobre que não sabia nem escrever a carta. É muito comum isto no Brasil. A qualidade do ensino superior não é bom, porque o ensino de segundo grau, e este não é bom porque o de 1º grau também não o é, e assim sucessivamente. Não são bons nos vários níveis porque, entre outras razões, o professor não é remunerado convenientemente. É mal remunerado, no Brasil, de um modo geral. É mal remunerado porque não há recursos financeiros. É o que o Governo diz, não o Governo de hoje somente, o de sempre. Há falta de recursos. Não encontraríamos a solução, se cobrássemos o ensino nas Universidades oficiais, cobrássemos o ensino de segundo grau e estabelecêssemos o crédito educativo que hoje existe. Eu sou da Oposição: grande iniciativa do Governo Federal, criação do crédito educativo, iniciativa esta que outro Ministro tentou e não conseguiu porque dois Ministros se opuseram. Um deles queria exatamente produtividade, mas se esquecia de que precisava preparar recursos humanos para se ganhar melhores índices de produtividade. Dentro disso, estabeleceríamos o crédito educativo para o segundo grau. Nós não estaríamos transferindo recursos provavelmente suficiente do nível superior, nível médio, para termos a boa qualidade do ensino fundamental?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Não tenho os dados estatísticos, mas em tese, evidentemente, isso ocorre. Na medida em que a pessoa puder pagar, até por uma questão de solidariedade humana, deve pagar, tem que pagar. O ensino superior tem que ser pago. Agora, o que ele não pode, é implicar a discriminação econômica, paga o rico e não paga o pobre, mas o pobre competente; rico competente, fica; rico incompetente e pobre incompetente saem da universidade e dão vagas para outros. As universidades estão inchando. Elas poderiam receber mais alunos certamente. Mas o crédito educativo, certamente é uma medida de alto conteúdo social, veio em boa hora, veio até tardiamente, mas é preciso que, por um dever de justiça social, também ele atenda ao pobre, priori-

tariamente. Mas pagamento das universidades como V. Ex^a sugere ou pede...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Que a Constituição impõe.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS AZEVEDO — O Art. 176, inciso 4º diz que: "Os oito anos são gratuitos." Isto é um dever do Estado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Sr. Reitor, na minha primeira indagação perguntei porque não há consciência da elite brasileira. E eu não incluo o Governo porque o Governo é integrado de homens oriundos da elite brasileira. Certo? O Governo quer exportar de qualquer maneira e eu entendo que é preciso exportar de qualquer maneira porque a nossa dívida externa vai aumentando sempre mais e já nos encontramos numa situação que é quase que inquietante. O Governo consegue subsídios para produtos industrializados, semi-industrializados e até para matérias-primas e estanho, consegue subsídios. Na ordem de 30%, 40% até 71%. Estamos calçando e vestindo o americano, com sacrifício do pobre brasileiro. No ano passado, o Brasil destinou para subsidiar as exportações 11 bilhões de cruzeiros. E mais 11 bilhões indiretamente, segundo o Ministro Reis Velloso. Este ano — em subsídios diretos, vamos gastar 22 bilhões ainda segundo o Ministro do Planejamento: é um volume apreciável. Se nós quisermos exportar, é preciso ter preços competitivos, e preciso ter sempre melhores índices de produtividade e buscar melhor tecnologia e buscar sempre mais técnicos de nível superior e de nível médio com mão-de-obra qualificada geral. Por que não drenamos recursos para a preparação desses recursos humanos então?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Acredito que as responsabilidades cabem às Universidades.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Sr. não acha que é do Governo? O Sr. não estaria cometendo um engano em relação às universidades?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Talvez esteja. Talvez esteja, em primeiro lugar, porque não as conheço. Mas posso responder a pergunta de V. Ex^a por via indireta. É mais prestígio, hoje em dia, a universidade dizer que tem um grande centro de neurocirurgia ou de cirurgia cardiovascular que vai atender uma, duas, três ou quatro pessoas por mês, a dar ênfase ao curso de clínica geral, de que o País precisa. Dá muito mais prestígio dizer que tem uma escola de Medicina que uma escola de enfermagem. Nós precisamos mais de enfermeiras do que de médicos, e de nutricionistas tanto quanto de enfermeiras. Mas a criação desses cursos é um ato da vontade da universidade. Eu acredito — compreenda V. Ex^a eu não estou aqui fazendo defesa de quem quer que seja — mas eu acho que as universidades poderiam alterar este estado de coisas rapidamente. É isso que eu quis dizer com universidade acomodada. Nós poderíamos hoje ter na Universidade de Brasília vinte cursos de doutorado. Temos talvez três. Poderíamos ter cinquenta cursos de mestrado mas temos vinte e cinco, qual o benefício para o País tanto doutor, tanto mestre: acho que não tem quase nenhum.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Dois elogios e duas indagações. O Sr. busca a auto-suficiência para a sua universidade. Palmas! Esse modelo não poderia ser copiado, seguido pelas demais universidades oficiais?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Na medida em que elas possam receber recursos extra-orçamentários e aplicá-los, eu acho que sim. Na UnB captamos, no ano passado, em recursos próprios da Fundação, cerca de 100 milhões. Foi quanto a Universidade de Brasília conseguiu arrecadar no ano passado. Ela deixou, no orçamento, uma parcela. O restante é para pagar melhor os professores e para atender a peculiaridade da sua própria vida. Eu não sei se as outras, limitadas pela legislação federal do magistério, poderiam ter o mesmo desempenho. Tentando responder a pergunta de V. Ex^a, acredito que sim, mas precisaria que isso fosse precedido

de medidas de ordem legal. Providências no âmbito do Legislativo e do Executivo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — A outra indagação se refere à integração universidade e comunidade na prestação de serviços. Palmas, também! Não haveria possibilidade — um convênio entre o Congresso e a Universidade de Brasília, que dispõe de cientistas, de técnicos, de professores e que é um grande laboratório de alimentar os parlamentares de dados — porque, Reitor, eu quero falar de educação. Eu quero falar sobre saúde, sobre economia, eu tenho que pesquisar e como nós não temos fonte de dados no Brasil, às vezes, eu que sou da Oposição critico o Governo injustamente por falta de dados. Não seria conveniente aos interesses do Senado, da Câmara, do Brasil, esse entendimento para que a Universidade de Brasília nos fornecesse esses elementos? Esse entendimento seria útil para que os professores, os técnicos nos orientassem melhor, capacitando-nos a um rendimento maior.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — A universidade tem vários convênios com o Senado e a Câmara, eu me refiro até a um convênio recente com o Senado em decorrência do qual publicaremos, este ano, cerca de 90 obras que estão sendo pesquisadas no arquivo do Senado, pela Universidade de Brasília.

A universidade desenvolve, casualmente no dia de hoje, um curso de Ciência Política, onde trouxe as expressões da intelectualidade nacional, disponíveis, para virem aqui. Evidentemente, é um privilégio estender esses convênios à área de informação estatística na medida em que a universidade tenha competência, certamente ela não tem em todas as áreas, mas é um privilégio para a universidade, e nesse particular não faz mais do que a obrigação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Última pergunta. Serei rápido para tranquilizar meus companheiros de retaguarda que já estão inquietos porque querem formular novas perguntas. A pergunta é de ordem sociológica: O moço, filho do pobre, vai para a faculdade, paga, passa privações de ordem alimentar, para poder pagar a sua mensalidade; estuda e não faz greve. O filho do rico vai para a Universidade oficial e faz greve. Sou a favor do diálogo, sou a favor da greve para defender os meus direitos, para ter outras conquistas justas. Sou a favor, não estou fazendo nenhuma crítica mas, busco um esclarecimento. Por quê?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Por que a greve ou por que as providências?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Por que essa coincidência. Aquele não faz greves, já o que estuda de graça nas Universidades oficiais, o filho do rico, faz greves?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — As greves ocorridas em 1968, no mundo todo, atingiram as Universidades frequentadas pelos alunos de maior categoria econômica e social. Foi assim nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e no Brasil.

V. Ex^a não ouve falar em greve lá na Universidade do Acre. As greves, no Brasil, ocorrem em Universidades dos grandes centros. Acho que a componente disso — eu me permitiria, se V. Ex^a assim autorizar enviar-lhes alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos que procuram analisar esse tipo de acontecimento. Acredito que esse fenômeno está intimamente relacionado ao uso de drogas e de tantos disparates que existem por aí; creio que é um sinal dos tempos. Viemos de um pós-guerra, com fatura anunciada para todos e, na realidade, essa fatura não veio, com a perspectiva de que a habilitação profissional resolveria todos os problemas, então vamos todos às Universidades: e na realidade não há empregos para todos. Daí a angústia, a inquietação dos jovens que também têm muita coisa a ver com problemas de ordem familiar, têm muita coisa a ver com problemas sociais relacionados à falta de religiosidade e coisas dessa natureza. Acho que é o somatório desses fenômenos, de fatos que levam o estudante, principalmente o estudante das classes mais abastadas, a contestar. Talvez o outro não conteste com medo de perder

aquela oportunidade única da sua vida. O rico se for expulso daqui, muda para a Universidade ao lado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Muito obrigado.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Sou eu quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ADALBERTO SENA — Peço licença, Sr. Presidente, porque há um ponto da pergunta do nobre Senador Evelásio Vieira que eu desejava ver esclarecido. Nessa questão da Universidade, da gratuidade do ensino superior oficial, o Governo tem vacilado, apesar de haver opiniões valiosas de que os ricos deveriam pagar e a gratuidade seria somente para os pobres, para os desprovidos de recursos, parece que o Governo tem vacilado em tomar essa medida. Vossa Magnificência acha que há razões políticas para isso?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Excelentíssimo Senador, não sei se V. Ex^a fala em política no sentido de votos.

O SR. ADALBERTO SENA — Refiro-me à política educacional.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Não. Não sei. Creio que não.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Magnífico Reitor, havia anotado uma série de perguntas, rias, evidentemente, seria abusar de sua paciência se as fizéssemos todas, inclusive em face ao horário, uma vez que o Senador Dirceu Cardoso está inscrito para falar. Gostaria, apenas, de enfocar dois aspectos; o primeiro quando Vossa Magnificência falou sobre o problema do ensino do 2º grau e Universidade. Evidentemente o professor não é uma autoridade em ensino de 2º Grau. Mas vem me despertando uma curiosidade e venho acompanhando há alguns anos esse problema. Em todo vestibular, as autoridades universitárias reclamam do ensino de 2º Grau. Perguntaria a Vossa Magnificência: essa preocupação das autoridades universitárias face ao vestibular, face ao 2º Grau, tem chegado às autoridades superiores deste País? Elas estão acomodadas quanto a essa reforma? Essa reforma não precisa sofrer uma nova dinâmica para que a Universidade não seja atingida?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Quanto à informação oficial, sim. Os dados estatísticos do desempenho no concurso vestibular certamente chegam ao conhecimento das autoridades. Acredito que uma das formas de melhorar o ensino de 2º Grau é melhorar a qualificação dos professores — que também, certamente, precisam de outros estímulos, até incentivos de ordem material — seria a interação com a universidade, como a UnB faz; oferecendo cursos de reciclagem aos professores da Rede de 2º Grau; é talvez uma pequenina parcela de todo esse processo de aprimoramento de ensino secundário, mas ele levará ao funcionamento melhor da Universidade. Mas, eminente Senador, penso sempre em termos de prazo. Não vamos mudar esse estado de coisas em 50 anos. Não adianta. Precisamos trabalhar hoje nos jovens que têm 10 anos. É preciso acompanhar esses estudantes, porque os velhos têm tantas distorções na formação que talvez sejam irrecuperáveis; qualquer medida por mais acertada e oportuna que seja, ainda que com todo apoio financeiro, só surtirá os seus primeiros e tênues benefícios daqui a algumas dezenas de anos.

Não sei se V. Ex^a considera satisfatória a resposta.

O SR. ITAMAR FRANCO — Considero como satisfatória, só que, com a inteligência de outras autoridades do País, precisaríamos acelerar rapidamente isso para que não tenhamos que esperar dezenas e dezenas de anos.

A minha admiração por Vossa Magnificência é muito grande.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — É recíproca. Aliás, devo a V. Ex^a atenções, que não tenho como saldar.

O SR. ITAMAR FRANCO — Tive ocasião de participar de uma Comissão de Senadores sobre o problema referente aos estudantes de Brasília e encontrei por parte de Vossa Magnificência a melhor boa vontade, confesso, aqui, nesta Comissão. Mas uma coisa me preocupou na colocação que Vossa Magnificência fez na colocação do problema estudantil. Vossa Magnificência tem formação intelectual muito boa, excelente; é um homem que diz, por exemplo, que a função da Universidade é educar para a vida, é cumprir uma missão social: que a Universidade está acomodada e, ao lado dessas colocações corajosas, de sua formação e da sua inteligência, não admite a participação do estudante, sobretudo, junto ao setor da Universidade.

Na minha década de 60, contestei a minha escola, a Universidade Federal de Juiz de Fora. Aprendi que a finalidade de uma escola não é apenas formar instrumentos de trabalho ou profissão, mas permitir que a potencialidade de nosso espírito permaneça livre.

A participação do estudante que Vossa Magnificência não o chama de classe, mas fala em grupo de transição — admitamos até a classificação como grupo de transição, e, por ser grupo de transição, ele não merece ser melhor orientado, melhor encaminhado para aquela formação que busca na Universidade? Às vezes, ao descobrirmos um universo social em que vivem, sobretudo em comunidades do interior, começam a enxergar as mazelas dessa comunidade, não em decorrência deste ou daquele governo, mas as mazelas que aí estão em relação à fome, à falta de saneamento básico, à falta de escolas, doenças, enfim, esse universo que despertou o jovem estudante universitário, não deve ser, pelo menos, digamos, conduzido num canal para a sua vida social?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Ele de fato pode. Mas, limitando-me apenas ao que ocorreu na Universidade de Brasília, no ano passado, houve, evidentemente...

O SR. ITAMAR FRANCO — Não quis particularizar.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Eu sei. V. Ex^a acompanhou de perto todos aqueles incidentes e, a Universidade, eu em particular, somos gratos e devedores a V. Ex^a pela interferência. Mas, na realidade, o que estava em jogo, naquela época, não era nenhum problema que a UnB pudesse sequer pensar em resolver; tudo escapava ao limite de sua competência. Refiro-me ao que tive oportunidade de dizer dezenas de vezes aos estudantes: "Vocês vão fazer a greve, muito bem. Não tenho condições de impedir — ali está o professor Luis Otávio Muniz de Souza Carmo, que participou disso intensamente — mas ao fazerem a greve tragam uma única reivindicação que a Universidade possa lhes atender; uma só: mais professores, mais livros, mais centros esportivos, alimentação melhor, seja lá o que for. Mas, não posso revogar o AI-5, não posso revogar o 477, não posso dar liberdade para presos políticos, nem anistiar os cassados". A Universidade ficou inteiramente impotente no encaminhamento de qualquer solução. Sim, a Comunidade, como um todo, foi intensamente abalada, e não fosse a presença e a colaboração e o espírito público de inúmeros segmentos da sociedade, entre os quais o Congresso, em particular V. Ex^a, mas, também, os professores, acho que a Universidade de Brasília não estaria hoje funcionando como funciona: bem. Acho que a participação estudantil é uma obrigação da Universidade, mas é preciso que ela se faça no limite de competência dos estudantes, não digo competência funcional, competência como autoridade, não estou absolutamente dizendo que o estudante deva fazer isso porque é aluno, ou não fazer isso porque não é aluno, acredito que, na medida em que ele tem contribuições válidas, todos os canais da UnB lhe estão abertos aos estudantes. Entretanto, há um grande embaraço no próprio sistema de representação estudantil, de nosso País há até um fato jocoso ocorrido com um nosso eminente educador, que se encontrava na Inglaterra contando na Câmara de Educação inglesa, a nossa reforma, e

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO: Sem dúvida alguma. É aquele que para mim é o ensino obrigatório que o ensino compulsório é dado em termos de liberdade. É o ensino compulsório que se encontra no ensino obrigatório. A universidade superior não pode ser obrigatória. Vai todo mundo renovar os estudos e a educação é o resultado do concurso vestibular. Se não fosse a liberdade da universidade de Brasília não seria a mesma coisa. Em quanto o dia ano passado, preencheríamos os cursos de Engenharia. E o vesti-

bular se limita apenas a aferir conhecimento no nível do ensino de 2º Grau.

O que acontece, eminente Senador, é que hoje em dia — voltamos ao mesmo problema — o ensino é uma atividade altamente rendosa. Acontece que os alunos não cobram qualidade, como os pais não a cobram, a família também não, o prefeito idem a sociedade não a cobra, a igreja, também não. Fica todo mundo esperando.

Também não acredito que essas coisas possam ser modificadas de uma hora para outra pela mera vontade social de melhorar as coisas. É preciso que esses erros, essas distorções de qualidade aflorem para que sejam identificadas e não há veículo melhor para apontá-las do que os próprios alunos e os próprios pais. O ensino universitário não pode subir mais um degrau, em termos de qualidade. Certamente, a universidade perde os alunos. Mas, se o ensino de 1º e 2º Graus subir 10, 20, 100 degraus, a universidade vai melhorar, ainda que por um processo de compressão quase que fatal. Os alunos chegarão mais qualificados às Universidades e exigirão mais. O professor terá que qualificar-se. Esse é um processo que, infelizmente, não pode vir de cima para baixo. Ele deve vir de baixo para cima. Agora, como vir de baixo para cima: há uma série de mecanismos que influenciam, impedem, limitam, estimulam e que não podem ser equacionados de maneira simples.

Concordo com V. Exª que alguma coisa deve ser feita.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço a informação de V. Exª. Quero crer mesmo que V. Exª falava sobre isto quando cheguei. Eu estava em outra Comissão.

Vimos que até na atribuição do Prêmio Nobel, a Argentina conseguiu dois. Um da Paz, mas outra científico.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — São Luís F. Leloir, Bernardo A. Houssay e Carlos Saavedra Lamas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Acompanho Vossa Magnificência, mas só no andar, na quadra à noite. Quanto ao resto Vossa Magnificência está muito na minha frente, perdido no azul das distâncias.

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — É ironia de V. Exª.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pelo barulho da carruagem sabe-se quem vem dentro.

Ontem discutimos um problema universitário sério. Por trinta e duas vezes a Bancada da ARENA — o maior Partido do Ocidente — que é a maioria da Casa — 45 Senadores da ARENA contra 20 apenas do MDB, gatos pingados — abandonou o plenário. O Senado pode decidir, pode aprovar, pode fazer tudo sem o MDB.

Mas, ontem usaram um argumento — inclusive, nosso eminentíssimo ex-Ministro Jarbas Passarinho — de que não se criava cadeira de Direitos Humanos Fundamentais, porque a carga horária não permitia mais a criação de uma cadeira nos cursos jurídicos.

Nós que estudamos Direito, inclusive, o Presidente desta Comissão, Senador João Calmon — que foi até um bom aluno — e sabemos que existe o capítulo sobre Direitos Fundamentais na cadeira de Direito Constitucional, Direito Civil, etc, como se justifica a não criação desta cadeira porque a carga horária da distribuição das disciplinas no curso jurídico não permite?

Trinta a quarenta horas-aula anuais são dadas sobre Direitos Humanos Fundamentais na cadeira de Direito Constitucional. Isso se justifica? Criar-se-ia um problema seriíssimo, gravíssimo, nas Universidades, nas Faculdades de Direito, a instalação de uma cadeira de Direitos Humanos Fundamentais?

Ouvi de professor de uma das nossas Universidades, ontem no plenário, que a emancipação dos Direitos Humanos Fundamentais, de capítulos desses Direitos, limitaria o próprio campo de atuação dos Direitos Humanos Fundamentais.

Então, pergunto a Vossa Magnificência: Criar-se-ia, de fato, esse problema sério, de alta indagação administrativa, filosófica, dou-

trinária a criação de uma cadeira, na universidade, de Direitos Humanos Fundamentais?

Digo Direitos Humanos Fundamentais porque discutimos sobre isto ontem, mas para a criação de qualquer uma outra cadeira, teríamos um problema tão grave, impeditivo, com a instauração dessa cadeira?

O SR. REITOR JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Certamente quem deu esta resposta a V. Exª tinha outros dados, até de natureza estatística, que não possuo e que lhe permitiu fazer essa afirmação. Mas, não vou deixá-lo sem resposta.

Reporto-me ao seguinte: Quando foi modificada a estrutura da Universidade de Brasília — modificou-se a Universidade, por completo, a partir de 1970 — buscavam-se alguns professores; um que nos acompanhava, o Prof. Inocêncio, que acabou de sair, mas certamente outros lembram-se disso. Procuramos colocar no então chamado ciclo básico duas disciplinas obrigatórias para toda a Universidade. Uma chamava-se Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa mas verificamos a inviabilidade. Ainda há um ano tentamos retornar com esse projeto. Enfim, o País tem poucas pessoas que podem ensinar, com competência e, dignidade. O projeto tornou-se inviável.

Mas, respondendo à pergunta de V. Exª acredito que uma das distorções da Universidade brasileira é aquela a que me referi, inicialmente. O técnico é técnico. A ele não interessa saber que há lei, a lei que se dane e há o oposto também.

São aquelas célebres palavras de um eminente educador que sempre cito, Alfred N. Whitehead: a função da universidade é formar o homem culto. E cultura pressupõe, certamente, conhecimentos, ainda que elementares, rudimentares, na área do Direito, entre os quais esses que surgem, afloram com preponderância evidente. Mas daí para colocar isso como uma disciplina obrigatória, eu não sei. Talvez a UnB possa fazer isso. Mas, admito que o melhor é estender o curso de Introdução ao Direito a toda a área científica e tecnológica. Ninguém vai morrer por causa disso.

Quando introduzimos Introdução à Biologia para engenheiros é porque achávamos que eles deveriam conhecer rudimentos dessa ciência. Hoje, os alunos fazem esse curso, que por sinal, é um dos melhores cursos da Universidade; é um curso de massa. Atendemos a cerca de 700 estudantes por semestre, só nesta disciplina, Introdução à Biologia. Mas, é um bom curso. Acredito que a extensão de uma disciplina, Introdução ao Direito, para a área dita científica, deve ser feita pela Universidade. Não podemos nos dar ao luxo de formar especialistas em ponta de parafuso. Temos de buscar, na medida do possível, sem prejuízo na formação do aluno, sem aumento do custo da formação do estudante, o cidadão com olhos abertos para todos os problemas sociais. É evidente que muitas coisas, que hoje em dia ocorrem no âmbito da inquietação estudantil, certamente, não ocorreriam se os alunos tivessem conhecimentos elementares de Direito. Não foi à-toa que no Curso de Direito da UnB, praticamente, não houve participação na greve: é porque aquele aluno sabe que existe um corpo de normas que o limitam, que o obrigam e que não são feitas para prejudicá-lo, mas são feitas para assegurar a todos iguais direitos. Então, a resposta, quanto à UnB, é afirmativa. Não tenho nenhuma condição de estender esta resposta às demais, e reporto-me a esse projeto das disciplinas Introdução ao Direito e Comunicação em Língua Portuguesa que seriam obrigatórias para todos os alunos da Universidade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Fico satisfeito com a resposta franca.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Estou respondendo pela Universidade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sei. Nem vou fazer uso da resposta. Já fomos derrotados ontem. O projeto é de autoria do nobre Senador Itamar Franco. Trinta e duas vezes a ARENA saiu do Plenário e derrotou o projeto.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Acredito que sejam fatores de ordem econômica, porque veja V. Ex^a um outro exemplo...

O SR. DIRCEU CARDOSO — O nosso argumento foi o seguinte: já temos Direitos Humanos no estudo do Direito Constitucional, etc. O professor dá, mais ou menos, 30 horas de aula de Direitos Humanos por ano. Quando o professor é malandro ele dá 50, 60 horas de Direitos Humanos e, às vezes, fica o ano inteiro falando naquilo e não dá o resto do programa. A carga horária que se criaria com a nova cadeira iria tumultuar o processo. Então, o nobre ex-Ministro Jarbas Passarinho, inteligentíssimo, disse que a carga horária não pode permitir.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Nobre Senador, há uma experiência recente...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não vou explorar a sua resposta porque o projeto já foi derrotado, depois de tantas vezes, tantas negações da ARENA e a ARENA, ontem, *ou grand complet* derrotou o projeto.

O SR. ITAMAR FRANCO — Magnífico Reitor, permita-me apenas dar um adendo ao Senador Dirceu Cardoso.

Esse projeto foi apresentado face a uma experiência na Universidade Federal de Juiz de Fora, onde essa cadeira não é em caráter obrigatório, mas já existe em caráter opcional.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Há uma experiência, mais ou menos nessa linha, que não conduziu a sucessos retumbantes. Há alguns anos, tornou-se obrigatória para todo o ensino superior, e que inicialmente chamava-se Moral e Civismo e depois passou para Estudos Brasileiros. É a maior dor de cabeça das Universidades. Não há quem a ensine. Mas há indivíduos que, de repente, batizam-se de especialistas em Moral e Civismo, no caso, sendo especialista em Direitos Humanos — realmente, esse homem tem pouca coisa a dar. Não acompanhei esse projeto. Eu sabia de sua existência, mas não tenho dados estatísticos que me permita dizer sim ou não.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não vamos chamar Vossa Magnificência para nossa briga.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Mesmo porque eu não posso. A Universidade é apolítica.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Magnífico Reitor, fico satisfeito. Quero até prestar uma homenagem a Vossa Magnificência pela maneira franca com que atendeu ao chamamento e ao pregão nosso.

Eu, que fui aluno de Direito, estou meio descalibrado com que os professores de Direito da ARENA disseram, ontem.

Congratulo-me com o Presidente da Comissão de tê-lo trazido aqui como autoridade, pela maneira franca como se expressou sobre os assuntos da educação. Conheço a sua atuação na Universidade, sou partícipe das suas vitórias lá na Universidade, que é um foco de radiação, portanto, de uma responsabilidade muito grande; fico satisfeito com sua palestra, com sua conferência aqui. Quero, agora, apenas dizer o que disse à Bancada da ARENA, através de um verso de Raul de Leoni, um aristocrata também da poesia.

"Sinto, sem no entanto, compreendê-la, que ela tinha alguma coisa para dizer, mas que era (...) para dizê-la."

O SR. REITOR JOSÉ C. A. AZEVEDO — Chama-se "História antiga"...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em nome da Comissão de Educação e Cultura do Senado, desejo transmitir ao eminente Reitor José Carlos de Almeida Azevedo, nosso agradecimento por essa inestimável contribuição que acaba de prestar à elaboração do "Projeto Educação". Embora ele tenha focalizado principalmente a Universidade de Brasília, o Professor José Carlos de Almeida Azevedo nos forneceu dados tão impressionantes sobre a realidade educacional do Brasil que, sem nenhum exagero, poderia afirmar que a sua contribuição para o projeto que pretendemos apresentar aos futuros governantes deste País é, realmente, da maior importância.

Ao agradecer a presença dos nobres Senadores e do Deputado Cid Furtado à nossa reunião, também, a presença dos eminentes Professores da Universidade de Brasília, desejo registrar, com a maior emoção, a presença, desde os 15 minutos antes do início desta sessão da Sr^a Clotilde de Almeida Azevedo, mãe do Reitor José Carlos de Almeida Azevedo, de quem ela com toda razão tanto se orgulha. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 25 minutos.)

ARENA

1º Vice-Presidente:
Petrônio Portinho (ARENA — RJ)

2º Vice-Presidente:
José Barbosa (ARENA — RJ)

3º Vice-Presidente:
Amorim Filho (ARENA — RJ)

4º Vice-Presidente:
Mendes Calves (ARENA — RJ)

5º Vice-Presidente:
Moura Bonfim (ARENA — RJ)

3º Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Carneira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvídio Nunes
Jarbas Passarinho
José Sarney
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder
Paulo Brossard
Vice-Líderes
Evelásio Vieira
Gilvan Rocha
Itamar Franco
Leite Chaves
Marcos Freire
Roberto Saturnino

COMISSÃO DE

Direção: José Soares de Oliveira — RJ

Local: Anexo II — Torre

Telefones: 23-6244 e 23-6245 — Ramal 623 e 627

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Local: Anexo II — Torre

Telefones: 25-6305 — Ramal 601 e 602

COMISSÃO DE ACULTURA — (CA)

(7 membros)

COMISSÃO DE

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares	Suplentes
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálio Coelho	3. Vilela de Magalhães
4. Murilo Paraiso	
5. Vasconcelos Torres	
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carneira

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Heitor Dias		1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho		2. José Sarney
3. Dinarte Mariz		3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela		
5. Braga Junior		
1. Agenor Maria	MDB	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carneira		2. Gilvan Rocha

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º Vice-Presidente: Accioly Filho
2º Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Accioly Filho		1. Vilela de Magalhães
2. Gustavo Capanema		2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger		3. Arnão de Mello
4. Eurico Rezende		4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias		5. Milton Cabral
6. Helvídio Nunes		6. José Sarney
7. Wilson Gonçalves		
8. Itálio Coelho		
9. Otto Lehmann		
10. Osires Teixeira		
1. Dirceu Cardoso	MDB	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves		2. Lazaro Barboza
3. Nelson Carneiro		3. Cunha Lima
4. Paulo Brossard		
5. Orestes Quêrcia		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares

1. Heitor Dias
2. Murilo Paraíso
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

ARENA**Suplentes**

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevir Leal
5. Luiz Cavalcante

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barbosa
3. Adalberto Sena

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Murilo Paraíso
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mâiz
8. Otair Becker

ARENA**Suplentes**

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

ARENA**Suplentes**

1. Helvidio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Itamar Franco
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Cunha Lima

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Domicio Gondim
5. Helvidio Nunes
6. Lenoir Vargas
7. Vilela de Magalhães
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

ARENA**Suplentes**

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Lourival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Saldanha Derzi

MDB

1. Franco Montoro
2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Cunha Lima

1. Hugo Ramos
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carreira

Assistente: Cândido Hipertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Jessé Freire**Vice-Presidente: **Orestes Quêrcia****Titulares****ARENA**

1. **Jessé Freire**
2. **Ruy Santos**
3. **Lenoir Vargas**
4. **Jarbas Passarinho**
5. **Lourival Baptista**
6. **Accioly Filho**

MDB

1. **Franco Montoro**
2. **Orestes Quêrcia**
3. **Nelson Carneiro**

Suplentes

1. **Braga Junior**
2. **Virgílio Távora**
3. **Osires Teixeira**
4. **Domicio Gondim**

1. **Lázaro Barboza**
2. **Cunha Lima**

Assistente: **Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312**

Reuniões: Quintas-feiras, às 1:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Jarbas Passarinho**Vice-Presidente: **Luiz Cavalcante****Titulares****ARENA**

1. **Milton Cabral**
2. **Domicio Gondim**
3. **Arnon de Mello**
4. **Luiz Cavalcante**
5. **Jarbas Passarinho**

MDB

1. **Dirceu Cardoso**
2. **Itamar Franco**

Suplentes

1. **José Guimard**
2. **Murilo Paraíso**
3. **Virgílio Távora**

1. **Gilvan Rocha**
2. **Franco Montoro**

Assistente: **Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306**

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Adalberto Sena**Vice-Presidente: **Heládio Nunes****Titulares****ARENA**

1. **Helvidio Nunes**
2. **Otto Lehmann**
3. **Saldanha Derzi**

MDB

1. **Hugo Ramos**
2. **Adalberto Sena**

Suplentes

1. **Virgílio Távora**
2. **Arnon de Mello**
3. **Jarbas Passarinho**

1. **Dirceu Cardoso**

Assistente: **Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134**

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Magalhães Pinto**1º-Vice-Presidente: **Saldanha Derzi**2º-Vice-Presidente: **Nelson Carneiro****Titulares****ARENA**

1. **Magalhães Pinto**
2. **Alexandre Costa**
3. **Virgílio Távora**
4. **Jessé Freire**
5. **Arnon de Mello**
6. **Saldanha Derzi**
7. **José Sarney**
8. **João Calmon**
9. **Augusto Franco**
10. **Otto Lehmann**

Suplentes

1. **Accioly Filho**
2. **Fausto Castelo-Branco**
3. **Helvidio Nunes**
4. **Domicio Gondim**
5. **Jarbas Passarinho**
6. **Luiz Cavalcante**

MDB

1. **Paulo Brossard**
2. **Gilvan Rocha**
3. **Itamar Franco**
4. **Leite Chaves**
5. **Nelson Carneiro**

1. **Marcos Freire**
2. **Hugo Ramos**
3. **Roberto Saturnino**

Assistente: **Cândido Hippertt — Ramal 676**

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Ruy Santos**Vice-Presidente: **Altevir Leal****Titulares****ARENA**

1. **Altevir Leal**
2. **Ruy Santos**
3. **Cattete Pinheiro**
4. **Fausto Castelo-Branco**
5. **Lourival Baptista**

Suplentes

1. **Saldanha Derzi**
2. **Italívio Coelho**
3. **Osires Teixeira**

MDB

1. **Adalberto Sena**
2. **Gilvan Rocha**

1. **Benjamim Farah**
2. **Cunha Lima**

Assistente: **Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312**

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

ARENA

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

ARENA

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Vilela de Magalhães

MDB

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

ARENA

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Vilela de Magalhães

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;

Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1978

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	GUILHERME	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SÔNIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	SÔNIA
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LÊDA
09:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LÊDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LÊDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

SOCIEDADES ANÔNIMAS E MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS


Quadros comparativos anotados

Comparação, dispositivo por dispositivo, da Lei nº 6.404, de 15-12-76, ao Decreto-lei nº 2.627, de 26-9-40 — Sociedades por ações.

Confronto entre a Lei nº 6.385, de 7-12-76, que "dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários" e a legislação anterior que disciplinava o mercado de capitais — Lei nº 4.728, de 14-7-65.

Notas explicativas: histórico das alterações e legislação correlata.

Edição: julho de 1977



PREÇO:
Cr\$ 80,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00